

-----ATA N.º 4-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos 28 dias do mês de junho de 2021, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - P. n.º 7/AM/2021 - Informação COVID-19;-----

-----2 - P. n.º 8/AM/2021 - Votos, moções e recomendações;-----

-----3 - P. n.º 30/CM/2021 - Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2020, do Município de Torres Vedras;-----

-----4 - P. n.º 31/CM/2021 - Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2020, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----5 - P. n.º 32/CM/2021 - Proposta de 5.ª revisão ao Orçamento e 4.ª revisão às Grandes Opções do Plano de 2021, do Município de Torres Vedras;-----

-----6 - P. n.º 33/CM/2021 - Proposta de 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2021 da Câmara Municipal de Torres Vedras e aprovação de procedimentos concursais;-----

-----7 - P. n.º 34/CM/2021 - Proposta de 1.ª alteração ao mapa de pessoal de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----8 - P. n.º 35/CM/2021 - Proposta de designação de júri para o procedimento concursal de chefe de divisão de cultura, património cultural e turismo;-----

-----9 - P. n.º 36/CM/2021 - Autorização para contratação de empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da construção da escola básica da Silveira (até € 6.000.000,00) e vias envolventes (até € 1.100.000,00), até ao montante total de € 7.100.000,00;-----

-----10 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais:-----

-----10.1 - P. n.º 37/CM/2021 - Empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da reabilitação de edifícios destinados a Residências Universitárias, até ao montante de € 361.646,18;

-----10.2 - P. n.º 38/CM/2021 - Empreitadas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - Prolongamentos das redes de água e das redes de saneamento do concelho;-----

-----11 - P. n.º 39/CM/2021 - Proposta de desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira;-----

-----12 - P. n.º 40/CM/2021 - Proposta de Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras;-----

-----13 - P. n.º 15/AM/2021 - Apreciação de Informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----13.1 - P. n.º 16/AM/2021 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para

afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2017); -----

----- **13.2 - P. n.º 17/AM/2021** - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

----- **14 - P. n.º 41/CM/2021** – Pacto dos Autarcas para a Energia e Clima – Revisão das metas 2050 - tomada de conhecimento; -----

----- **15 - P. n.º 18/AM/2021** - Relatório de Atividades de 2020 – Representantes;-----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário). -----

----- Estiveram presentes os deputados municipais: -----

----- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso e João Paulo Martins Lourenço.-----

----- Para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 12.º do Regimento foi considerado faltoso o deputado municipal António Martins Moreira que se ausentou definitivamente antes do termo da sessão. -----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Maria João Pinto Correia, Cláudia Horta Ferreira e Nelson Alexandre Gomes Pereira.-----

----- O **presidente da Mesa** iniciou a sessão saudando a presidente de Câmara Laura Rodrigues, que se encontrava pela primeira vez no plenário nessa condição, desejando-lhe o melhor que desejaria também para ele. -----

----- Como nota prévia colocou à consideração do plenário a alteração da ordem de trabalhos, que se iniciaria com os pontos 3, 4, no sentido de serem cumpridos os prazos legais de aprovação das contas, e logo de seguida o ponto 12 tal como solicitado pela edilidade, remetendo os pontos 1 e 2 para a próxima reunião prevista para 1 de julho, uma vez que existiam algumas moções, mas duas

delas tinham sido rececionadas pelos serviços fora do prazo regimental estipulado para o efeito, dando assim tempo para os deputados municipais refletirem sobre as mesmas, informando ainda que tinham sido rececionados dois votos de pesar pelo falecimento de Carlos Bernardes, sugerindo, pelo simbolismo, que iniciassem os trabalhos com um minuto de silêncio e a votação dos mesmos, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

VOTO DE PESAR:-----

-----“Tendo presente o recente falecimento em circunstâncias trágicas do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras senhor Carlos Manuel do Santos Bernardes, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em Plenário no dia 28 de junho de 2021 apresenta um voto do seu mais profundo pesar pelo seu falecimento prematuro. -----

-----Expressar à família enlutada, ao executivo Municipal e ao Partido Socialista, nomeadamente às suas estruturas concelhias, este pesar.-----

-----Dar conhecimento deste voto à família e demais entidades mencionadas no parágrafo anterior.

-----Torres Vedras, 28 de junho de 2021. -----

-----Os deputados municipais do Partido Comunista Português.”-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CARLOS MANUEL ANTUNES BERNARDES: -----

-----“No dia 3 de maio de 2021 fomos todos surpreendidos com a triste notícia do falecimento de Carlos Manuel Antunes Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

-----Com um percurso que ficou marcado pela sua dedicação a Torres Vedras, à causa pública e à administração local, Carlos Bernardes partiu aos 53 anos. -----

-----Desde 1988 que participava ativamente na vida cívica e política. -----

-----Foi secretário da Junta de Freguesia do Turcifal de 1989 a 1997. -----

-----Foi Adjunto e Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras entre 1994 e 1997.-----

-----Integrou oportunamente o Executivo da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, tendo ali sido eleito pelo Partido Socialista e Vereador com o pelouro do Turismo, cargo que exerceu entre 1997 e 2001.-----

-----Mas Torres Vedras sempre foi a sua terra e em 2003 volta à Câmara Municipal de Torres Vedras como Vereador com os pelouros do Ambiente e Serviços Urbanos. -----

-----De 2005 a 2015 é Vice-Presidente da Câmara, onde é relevante o seu contributo para o posicionamento precursor de Torres Vedras nos domínios do Ambiente e da Sustentabilidade, uma vez que assumiu os pelouros das Infraestruturas e Obras Municipais, Mobilidade, Gestão das Áreas Urbanas, Ambiente e Sustentabilidade, Transportes e Trânsito. -----

-----No dia 1 de dezembro de 2015, com a saída do então presidente, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----No dia 1 de outubro de 2017 venceu as eleições autárquicas pelo Partido Socialista, com maioria absoluta, tendo assumido a liderança da Câmara até ao ocorrido no dia 3 de maio de 2021.-----

-----Idealista e Voluntarista, imprimiu sempre ao exercício de todos os cargos um cunho iminentemente pessoal, expresso claramente no compromisso para com as causas ambientais, que posicionou Torres Vedras na vanguarda das agências europeias e lhe granjearam elevado reconhecimento internacional, tendo sido nomeado Embaixador Green Destination para a Europa, Embaixador Quality Coast e membro do Comité Consultivo Político da Civitas Initiative.-----

-----Conhecedor profundo da nossa gente e do nosso território, perseverante nas causas que abraçava, trabalhador incansável na prossecução dos objetivos a atingir.... Carlos Bernardes relevou sempre e incondicionalmente os interesses de Torres Vedras e dos Torrienses, quiçá sacrificando a sua própria saúde.-----

-----A sua generosidade e abnegação são devedoras da nossa gratidão.-----

-----A sua prematura partida deixa-nos a todos...tristes e mais pobres.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida nesta data, aprova um sentido voto de pesar pelo falecimento do cidadão e autarca torriense Carlos Bernardes presta tributo à sua memória e endereça as mais profundas condolências a toda a sua família.-----

-----Torres Vedras, dia 28 de junho de 2021 - Grupo Municipal do PS.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os votos em título e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

Período aberto à intervenção do público.-----

-----O presidente da Mesa informou que tinha se inscrito um cidadão, dando-lhe de imediato a palavra:-----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO SOBRE REQUALIFICAÇÃO URBANA:-----

-----O cidadão **Carlos Alexandre Pereira Granadas** apresentou-se ao plenário para manifestar a sua perplexidade por ter sido confrontado por uma jornalista da Lusa, antes de ser formalmente notificado da deliberação do Executivo de 22/06/2021, sobre o processo de licenciamento de alterações em obra numa habitação unifamiliar sua pertença nem dos termos ou fundamentos que a nortearam, ainda para mais quando tomou conhecimento do teor da informação prestada pela Câmara junto desse órgão de comunicação, pejado de inverdades e confusões que por incompetência ou dolo, colocam em causa, novamente, a sua idoneidade honra e bom nome e de sua esposa, a vereadora Cláudia Horta Ferreira.-----

-----Prosseguiu referindo que em primeiro lugar disse que importava esclarecer que os benefícios fiscais que lhe foram atribuídos pela Câmara Municipal, por inerência, também à sua esposa, decorrem de requerimento que apenas e somente pedia para se analisar o processo de obras já aprovado, não tendo sido alegado qualquer estatuto especial.-----

-----Em segundo lugar esclareceu que as isenções de IMI e IMT aplicaram-se ao ato de aquisição do imóvel, logo em 2018, pois trata-se de primeira aquisição para habitação própria permanente, sendo um benefício a que qualquer cidadão tem direito, independentemente da interpretação que o município queira agora ter sobre o assunto. -----

-----Em terceiro lugar esclareceu que as alterações ao projeto inicial, que foram aprovadas na última reunião de câmara e mereceram parecer positivo dos serviços técnicos da autarquia, estão relacionadas com a "redução da área de construção para reduzir custos", e não são decorrentes do auto de vistoria que a fiscalização municipal realizou no dia 31/03, da qual foram notificados e à qual responderam em processo autónomo, não tendo até à data obtido resposta, relativamente ao seu prosseguimento ou arquivamento. -----

-----Por último disse esclareceu ainda que a demolição do imóvel, esteve sempre prevista, que em momento algum se indicou que haveria manutenção de parte do edificado e que o parecer prévio positivo da Direção Geral do Património Cultural corrobora este facto, e por isso mesmo, os técnicos municipais consideraram e bem, as obras enquanto reabilitação em sede de emissão de alvará postulando no mesmo: "Alteração /reabilitação de habitação unifamiliar existente e ampliação da mesma" e que ao abrigo disso mesmo e por cumprir os requisitos necessários, lhes foi concedida a possibilidade de aceder aos respetivos benefícios fiscais junto da autoridade tributária. -----

-----Pelo exposto veio questionar a presidente da Câmara se tem noção que as contradições, alterações de posição, critérios discricionários e não fundamentados que o município a que preside tem revelado neste processo em particular, tem tido um custo pessoal e também emocional, para quem se sabe inocente, mas vê serem criadas suspeições sem fundamento na praça pública que os prejudicam diretamente, mas que também em nada abonam para o prestígio e credibilidade dos serviços e da capacidade técnica desta autarquia. -----

-----Questionou ainda se os membros deste plenário no âmbito das suas funções de fiscalização, acham normal que relativamente às obras públicas referentes ao PARU.08 e PARU.04 e adjudicadas através de concurso público a Câmara Municipal alegue que não tem capacidade para auditar e verificar se os autos de medição e respetiva fiscalização de obra pública estão a ser cumpridos nos termos dos respetivos cadernos de encargos, omitindo essa informação aos vereadores que reiteradamente a têm solicitado. -----

-----Concluiu que o prolongamento da especulação que incide sobre a sua obra particular, deixou há muito de ser motivada pela defesa do interesse público e assume contornos de perseguição pessoal, fruto do golpe palaciano que a motivou desde início, coordenada e orquestrada por uma mão invisível, que continua a alimentar uma teoria da conspiração. -----

-----Por último reiterou, a sua convicção pessoal na boa vontade, boa-fé e na vontade da presidente da Câmara de trazer luz e esclarecimento sobre os contornos "menos claros" que os trouxeram até

ali, necessários para repor a verdade, o bom nome e a honra da sua esposa, logo que sejam conhecidos os resultados desta inspeção externa e que possam assim, prosseguir em paz com as suas vidas. -----

----Nesta sua primeira intervenção a **presidente da Câmara** agradeceu palavras de felicitação do presidente da Assembleia assegurando que fará o seu melhor ocupando este cargo, apesar das circunstâncias adversas em que tal acontece. -----

----Relativamente ao facto de o munícipe ter sido confrontado pela Lusa respondeu que foi disponibilizada informação através do gabinete de comunicação da autarquia em resposta a um pedido da comunicação social, consistindo numa informação estritamente de carácter técnico com a colaboração da divisão de urbanismo e área jurídica. -----

----Quanto às restantes questões, sendo as mesmas de carácter técnico, iria ser elaborada uma resposta pelos técnicos da autarquia que fará chegar por escrito ao interveniente e à Mesa da Assembleia, para que a mesma seja rigorosa. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.----

----Anota-se que foram numerados 14 documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1: -----

----Ofício número 2492 da presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, de 4 de junho do corrente ano a agradecer a iniciativa da apresentação da moção para inclusão do CHO na rede Nacional de Especialidade e de Referenciação de Medicina Intensiva, remetida por este órgão.-----

DOCUMENTO 2: -----

----E-mail do presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 17/06/2021 a divulgar a criação da Rede Europeia de Conselheiros Regionais e Locais da União Europeia. ----

DOCUMENTO 3: -----

----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 17/06/2021, a remeter informação sobre o Projeto de Lei n.º 880/XIV-2 apresentado na Assembleia da República que prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (alteração à Lei n.º 91/95 de 2/09).-----

DOCUMENTO 4: -----

----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 16/06/2021 a enviar para conhecimento pergunta formulada ao Governo sobre poluição e outros problemas do Rio Alcabrichel, Torres Vedras. -----

DOCUMENTO 5: -----

----Ofício número AM-154, da Assembleia Municipal de Mortágua, de 12/05/2021 a remeter para

conhecimento moção “Reaborização – Revogação da Portaria n.º 15 A/2018, de 12/01, aprovada por unanimidade neste órgão deliberativo em sua sessão ordinária realizada em 30/04/2021. -----

DOCUMENTO 6: -----

----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 31 de maio último, a remeter para conhecimento Projeto de Resolução n.º 1248/XIV/2.^a – Pela urgente intervenção no Centro Hospitalar do Oeste, que apresentou na Assembleia da República. -----

DOCUMENTO 7: -----

----E-mail do Gabinete da Estremadura - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, de 27/05/2021, a enviar para conhecimento e divulgação Nota Associativa n.º 6 de maio e anexos. -----

DOCUMENTO 8: -----

----E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 25/05/2021, a informar o agendamento para discussão em plenário da Assembleia Municipal, do Projeto de Lei n.º 848/XIV/2.^a – Altera o regime jurídico de impacte ambiental.-----

DOCUMENTO 9: -----

----E-mail, do Grupo Parlamentar “Os Verdes” de 12/05/2021 a informar que está agendado para discussão no plenário da Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º 914/XIV/2.^a – Reforço das medidas de apoio aos idosos que vivem sozinhos ou isolados.-----

DOCUMENTO 10:-----

----E-mail da Grupo Parlamentar “Os Verdes” de 12/05/2021 a dar conhecimento do Projeto de Resolução n.º 1247/XIV-2 – Concessões da exploração de redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa tensão. -----

DOCUMENTO 11:-----

----Ofício número 3029 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10/05/2021 a dar conhecimento que na sua reunião ordinária realizada em 27/04/2021, tomando conhecimento da recusa de visto do Tribunal de Contas à constituição da Rede Cultura 2027 Leiria – Cooperativa de Responsabilidade Limitada, (Acordão7/2021, 1.^a secção-SS, de 22/03/2021, Pº: 3610/2020) e tomando conhecimento das decisões do Conselho Geral para a Candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura, reunido no dia 8 de abril de 2021, deliberou homologar as seguintes decisões:

----1. Proceder ao envio de uma reclamação ao Tribunal de Contas, dando resposta pública daquilo que é o pensamento, do esforço que foi feito para alcançar o objetivo e da solução de acordo de cooperação entre os municípios, transformando o recurso já preparado numa reclamação e numa tomada de posição junto do Tribunal de Contas. -----

----2. Preparar um acordo de parceria entre os municípios de modo a executar as ações previstas para 2021 com componente financeira, repartida pela mesma chave que esteve na origem do fundo

para a Régie Cooperativa. O protocolo resultante não terá de ir a Tribunal de Contas e dará suporte à despesa da Rede Cultura 2027. A proposta de protocolo será remetida a todas as câmaras, assim como um plano de ações para 2021 devidamente orçamentado, para enviarem notas e sugestões técnicas. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 12:-----

-----E-mail de Susana Neves de 24 do presente mês a informar que por motivos de saúde não poderá participar na sessão, solicitando a sua substituição, tendo sido chamado Artur Narciso que se encontrava presente. -----

DOCUMENTO 13:-----

-----E-mail de Maria Teresa Lopes Oliveira, de 28/06/2021 a informar que por motivos pessoais, será substituída na sessão por João Paulo Martins Lourenço. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

FEIRA DE S. PEDRO:-----

-----A **presidente da Câmara** pediu a palavra para falar deste certame que terá o seu início no dia seguinte pelas 19.00h, este ano realizando-se num modelo restrito e tendo em atenção o agravamento da pandemia no país e em particular na zona metropolitana de Lisboa. -----

-----Acrescentou que a sua organização foi alvo de atenção redobrada, no sentido de ter o evento controlado em todas as vertentes, e assim não terá restaurantes, nem tasquinhas. Haverá controlo de entradas para todo o recinto, ou seja, controlo de entradas e limitação para dentro do pavilhão, zona das bancas assim como para a zona dos divertimentos, cumprindo um plano de contingência acordado com a delegação de saúde do concelho e a proteção civil. informou ainda que se mantém o Centro de vacinação e o centro de testes isolado da parte da feira -----

-----Deu nota ainda que de acordo com o plano de contingência que foi elaborado serão permitidas 77 pessoas simultaneamente dentro do pavilhão, para além das que estão nos *stands*, o que num espaço desta dimensão é pequena e permite cumprir o devido distanciamento para que tudo corra pelo melhor. Também não foram colocados stands no meio, o espaço está muito amplo, permitindo que o evento se possa realizar em condições de segurança. -----

-----Assinalou que estão devidamente sinalizadas por todo o recinto as condições de segurança que cada um deve ter, esperando que todos cumpram as regras, neste modelo reduzido preconizado pela Promotorres e pela Câmara Municipal e consentâneo com as orientações da DGS e do delegado de saúde de Torres Vedras. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* começou por felicitar a presidente Laura Rodrigues e de desejar que consiga levar a bom porto esta tarefa difícil que tem que abraçar em condições trágicas

que certamente impactam a forma como o irá fazer, colocando o grupo municipal do PSD à sua disposição naquilo que puderem ser uteis até ao mês de setembro.-----

-----Relativamente à feira também lhe parece que a lotação prevista é perfeitamente aceitável para um espaço com aquelas dimensões uma vez que também se privilegia o espaço exterior, contudo manifestou alguma preocupação com os divertimentos, nomeadamente quanto à higienização dos mesmos aquando da mudança de utilizadores, e quanto ao próprio controlo nesse espaço.-----

-----Dado o contexto pandémico que se agrava nestes últimos dias, esta é uma questão que merecia ter sido refletida temendo que possa haver aqui algum risco acrescido e desnecessário.-----

-----A **presidente da Câmara** agradeceu as felicitações e apoio manifestado pela deputada e no que se refere à questão da higienização dos divertimentos, esclareceu que está devidamente salvaguardada uma vez que cada um deles tem um plano de contingência que está aprovado pelo delegado de saúde, assegurando que a vigilância irá a ser fortemente reforçada para fiscalizar o seu cumprimento quer pela Proteção Civil quer pela PSP.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COVID -19:-----

-----A **presidente da Câmara** disse que estava na posse de nota informativa sobre a situação atual no concelho emanada pelo delegado de saúde pública, Dr. Nuno Henriques reportada ao dia anterior da qual destacou que existem 101 casos ativos, 304 contactos em vigilância, taxa de positividade da última semana de 1,9%, 3793 testes efetuados que reflete uma ligeira diminuição da taxa de positividade face à semana anterior e mais 41% de testes realizados.-----

-----Acrescentou que nos últimos 200 casos positivos a saúde pública identificou o link epidemiológico em 75% dos mesmos, e contactou dentro das 24 h após notificação no sistema 98% dos casos. Os inquéritos apontam que a maioria das infeções são em contexto de contacto em espaço interior sem máscara no âmbito de consumo de refeições e bebidas entre pessoas não vacinadas, ou só com uma dose.-----

-----Deu nota ainda que entre 14 e 27 de junho, últimos 14 dias, a taxa de incidência por 100 mil habitantes foi 164,85, ou seja, acima da linha definida como linha de alerta de 120 casos por 100 mil habitantes.-----

-----Face ao crescimento de casos estima que dentro de duas a 3 semanas possa ser ultrapassado o limiar de 240 casos por 100 mil habitantes o que levará a um aumento das restrições para todos e nesse sentido o delegado de saúde apela a que a população privilegie o espaço ao ar livre em detrimento de convívios em espaços fechados, restrinja contactos entre não coabitantes sem máscara, em especial com pessoas não vacinadas ou vacinadas só com uma dose e por último apela à vacinação para maiores de 50 anos, já disponível na modalidade de “casa aberta” para quem se dirigir ao Centro de Vacinação entre as 14.00h e as 18.00h.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

NOVO HOSPITAL DO OESTE (NHO)- DECLARAÇÕES AO BADALADAS DO PRESIDENTE DE CÂMARA DE CALDAS DA RAINHA:-----

-----Sobre o assunto em título, que a preocupa bastante a *deputada municipal Rita Sammer* começou por referir que o presidente da Assembleia em nome da Comissão de Saúde, remeteu um ofício ao presidente da OesteCIM, ao qual ainda não tiveram resposta.-----

-----De seguida lembrou que esta questão começou a ser tratada no início do mandato, que está praticamente a terminar, ou seja em 4 anos não se conseguiu avançar rigorosamente nada, o que considera grave atendendo à necessidade emergente de ter um novo hospital e de garantir o bom funcionamento das unidades já existentes.-----

-----Lembrou também que a Ministra da Saúde quando questionada sobre o estudo para o NHO disse que este seria sempre da competência do seu ministério, porque tinha as competências da rede hospitalar, por isso quando apareceu um protocolo com a ARS para ser feito um estudo sobre a localização do hospital, o grupo municipal do PSD não deixou de estranhar e de assinalar que não parecia uma boa solução, mas sim uma fuga motivada pelo calendário eleitoral.-----

-----Referenciou ainda que foi feito um concurso público para um estudo que, entretanto, mudou o objeto, e assim neste momento já não é um estudo para “a localização do Novo Hospital do Oeste”, mas um estudo sobre o futuro da política de saúde do Oeste tendo como objetivo “as melhores localizações para o Novo Hospital do Oeste”.-----

-----Temem que este estudo possa ser algo que ofereça um leque tão grande de opções que não leve ao entendimento dos municípios até porque as declarações do edil de Caldas da Rainha, dando nota que não aceita outra solução, sem ser nas Caldas da Rainha, vem criar uma entropia.-

-----Nesta sequência, nesta sua intervenção vem questionar os presidentes da Assembleia e da Câmara qual o posicionamento do município de Torres Vedras na OesteCIM perante esta realidade, e se estão perante um estudo cujo resultado não vai ser acatado por aqueles que o promovem, qual a razão de se ir gastar dinheiro nisto. Como o estudo ainda não está adjudicado, perderam 4 anos, ou seja, um desperdício de tempo para uma solução que urge encontrar, solicitando alguns esclarecimentos sobre esta matéria.-----

-----Sobre o assunto em título e atenta a questão colocada a *presidente da Câmara* assentiu que o estudo, para além das indicações que possa ter relativamente às competências e às necessidades, deve efetivamente apontar as localizações mais corretas para o efeito. De qualquer das formas garantiu que a posição do município se mantém, a sua preocupação é a mesma de todos os presentes e comunga da mesma posição, ou seja, que o Novo Hospital do Oeste possa ser feito pelo menos próximo de Torres Vedras, ou no nó de Campelos ou muito próximo disso.-----

-----Reforçou que a zona sul do território do Oeste é a que têm maior numero de utentes, portanto

é nela que deve ficar e não é pelo facto do Presidente de Caldas da Rainha dar uma entrevista a dizer que não põe a hipótese de não ser nas Caldas, que vão pensar que as coisas estão perdidas pois os torrienses dizem exatamente o mesmo, ou seja, que não concebem que não seja no seu território ou muito perto dele. -----

----- Ainda sobre a questão do estudo a *deputada municipal Rita Sammer* reafirmou que o mesmo resultou de um acordo entre os vários municípios para se acertar entre todos a localização. Almejavam um estudo idóneo, independente e com critérios aprovados entre todos, e que dele resultaria uma localização e todos se conformariam com o resultado, daí a pertinência de ser por concurso público. -----

----- Nesta fase se cada um vai dizer “se não for na minha terra eu não aceito” começava a ficar muito confusa com a sua pertinência, mantendo a questão que colocou inicialmente. -----

----- Em resposta o *presidente da Mesa* confirmou as palavras da deputada sobre os objetivos do estudo e deu nota que há umas semanas teve conhecimento que o citado concurso público estava numa fase de reclamação dos concorrentes, sendo suposto que rapidamente seria adjudicado e que os trabalhos se iniciariam. -----

----- Acrescentou que de facto surgiu essa posição inequívoca no Badaladas do edil de Caldas da Rainha “se não for à porta do meu quintal eu não aceito” o que considerou surpreendente, pois o estudo foi lançado num pressuposto de um consenso unanime quanto aos objetivos a alcançar, mas se não vai ser acolhido por todos aqueles que o promoveram, então para que serve, tendo sido essa questão que na essência colocou à OesteCIM, à qual ainda não obteve ainda resposta, mas que será partilhada logo chegar. -----

----- Disse ainda que há alguns “grãos de areia” que compreensivelmente deixam os autarcas de Torres Vedras, para quem este problema é de facto uma questão séria, perplexos e preocupados, mas aguardam o que o próximo futuro lhes reserva. -----

----- O *deputado municipal António Carneiro* defendeu que têm que exigir ao Ministério da Saúde que resolva o problema da localização, que a seu ver não pode ser vista numa lógica municipal, e muito menos intermunicipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 E 29 DE ABRIL: -----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* pediu a palavra para referir que fruto do sucedido na passada sessão dos dias 27 e 29 de abril, em que foram atropelados fortemente tanto o regimento que regula o funcionamento desta Assembleia, como um dos mais elementares direitos de um regime democrático, o direito à defesa, tendo o deplorável comportamento do presidente deste órgão, sido reiterado na segunda parte dessa sessão, o Bloco de Esquerda considerou a apresentação de uma moção para submeter à votação do plenário a destituição de funções do

presidente, mas tendo em conta a conjuntura política, a aproximação de eleições autárquicas e a não intenção de concorrer a este órgão optaram por não o fazer. -----

-----Referiu ainda que tal comportamento fica para a parte mais negra da história deste órgão autárquico e não dignifica a pessoa que o teve, as funções que ocupa ou este órgão como um todo, tendo sido um espetáculo vergonhoso e uma demonstração de totalitarismo e desrespeito pelos mais elementares valores democráticos. -----

-----Assim não deixam passar em branco o sucedido, voltando a sugerir ao presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras que se retrate, salientando que não lhe cabe tecer juízos de valor ou aferir da ofensa ou não da honra alheia, devolvendo dessa forma a este órgão, a dignidade que ele merece, e que não poderá voltar atrás nas atitudes tomadas, mas uma humilde demonstração de autocrítica, sem dúvida que alivia a forma pouco digna como termina este seu mandato. -----

-----Em resposta o **presidente da Assembleia Municipal** disse que nada tinha a alterar ao comportamento que assumiu nas sessões a que deputado municipal se refere, onde se norteou pela lei e pelo regimento, e quando quem exerce estas funções assim procede, procede corretamente ao que acresce a sua profunda e total convicção que não faz sentido em nenhuma circunstância que alguém venha a esta sede ou a qualquer outra defender a sua honra, quando essa alegada ofensa da honra, não ocorreu nessa sede. -----

-----Assim incitou que não queiram fazer do direito torto, e não queiram confundir a opinião pública, embora sabendo que o calendário é muito propício a isso, mas tal como o deputado referiu, não é candidato autárquico nas próximas eleições e, portanto, pouco ganham em prosseguir nessa senda.

-----Agiu em conformidade com a sua consciência, com os seus valores e com as normas a que está obrigado. -----

-----Também sobre este assunto pronunciou-se o *deputado municipal* **António Carneiro** para dizer que durante 15 anos esteve ao lado do presidente da Assembleia, com quem muito aprendeu e com quem estabeleceu laços de amizade e conhece melhor que ninguém o seu perfil institucional e o seu rigor excessivo do cumprimento do que está estabelecido. -----

-----Deu nota ainda que a ata dessa sessão espelha ao pormenor o que se o passou, lembrando que teve o cuidado de questionar insistentemente, antes da votação, o que iriam votar pois tinha a clara noção que o presidente da Mesa, como é seu timbre, estava a fazer a interpretação correta do regimento, embora pudesse perfeitamente ter colocado à assembleia a possibilidade de se fazer aquela intervenção como veio a acontecer 48 h depois, num contexto diferente. -----

-----Também está em ata que compreendia que a vereadora Cláudia Ferreira se sentisse ofendida na sua honra, com a situação que o plenário tinha conhecimento por outras vias, mas não tinha ouvido ali qualquer ofensa à sua honra. -----

-----Assim, mantendo-se a posição clara que não tinha havido ofensa à honra, imperou o bom senso, mas houve aproveitamento político, o que é normal sendo a Assembleia Municipal o órgão político por excelência do município, mas também não são ingénuos ao ponto de pensarem que o deputado municipal não acabou de fazer uma intervenção com um objetivo político, uma vez que não houve nenhum crime à democracia. -----

-----Comportaram-se todos de uma maneira que poderá não ter sido a melhor e fez *mea culpa* em relação à sua conduta, mas não é fácil na rua ser chamado de fascista e ser acusado diretamente de um crime contra a liberdade de expressão, não recebendo lições de democracia de ninguém.

-----Prossegui dando nota que o Grupo Municipal do PS na reunião de quinta-feira concordou com a proposta do PSD e a vereadora pôde fazer a sua intervenção. -----

-----Na terça-feira tinha feito uma leitura consonante com a do presidente da Assembleia, por isso disse o que disse e votou como votou, mas nada justifica que hoje tenham ouvido umas palavras tão ofensivas para com o presidente da Assembleia. Não é por uma reunião, eventualmente, mal conduzida que se destrói um trabalho respeitável de tantos anos, e pensa que as palavras do deputado do Bloco de Esquerda foram um pouco exageradas. -----

-----Depois de um cumprimento especial à presidente Laura Rodrigues o *deputado municipal Pedro Castelo*, manifestou-se confuso e a interrogar-se se esteve presente na citada sessão pois a vereadora Cláudia Ferreira dois dias depois interveio na mesma na situação, que o PS não deixou da primeira vez e assim sendo o deputado municipal António Carneiro esteve a tentar branquear uma das situações mais malconduzida pelo PS de que se lembra na Assembleia Municipal. -----

-----Acha bem que ele diga que não recebe lições de democracia de ninguém, contudo naquele dia recebeu lições de democracia de concidadãos que se organizaram e se manifestaram no exterior das instalações onde a sessão teve lugar, crendo que se não fosse esse movimento espontâneo que se criou, tudo tinha ficado na mesma. -----

-----Concordou que foi um momento menos bom nesta Assembleia Municipal, mas subscreve na íntegra que o momento menos bom de alguém não pode de maneira nenhuma beliscar aquilo que foram 4 anos de um excelente mandato de José Augusto de Carvalho. -----

-----A *deputada municipal Paula Mota* interveio para assinalar que os órgãos autárquicos são as casas da democracia, onde se deve discutir política e não politiquices, com que por vezes se deparam por parte de alguns grupos municipais. Não é benéfico para a democracia, não é isso que os jovens esperam deles, esperam mais, esperam que trabalhem em prol da sociedade, pelo concelho e pelas freguesias. -----

-----Assinalou ainda que o acontecimento infausto que aconteceu em maio com o anterior presidente da Câmara deve a todos fazer refletir sobre o modo pejorativo como por vezes se expressam para com os outros, pois seguem um caminho que não os leva a lado nenhum e nem ajuda a trazer os

jovens para a política, lamentando que a grande maioria vem atrás de sonhos pessoais e não de causas.-----

-----Ainda sobre esta matéria, a *deputada municipal Rita Sammer* frisou que não se revia no conteúdo da intervenção do deputado municipal João Rodrigues, concordando que não é um dia menos bom ou uma assembleia menos bem conduzida, que mancha ou destrói o trabalho que foi feito nesta Assembleia Municipal num mandato de 4 anos, trabalho que reconhece.-----

-----Comentando a intervenção do colega António Carneiro, percebe que é uma questão que incomoda o PS, pois transformou-se numa questão interna deste partido, mas deu a ideia que hoje tentou apaziguar algumas mentes.-----

-----Lembrou que no decorrer dessa sessão a deputada municipal Rita Vilela remeteu a questão para o regimento, lembrando que o pedido do uso da palavra pode ser feito não só para reagir à defesa da honra mas também à consideração pessoal e claramente tinham sido tecidas muitas considerações pessoais sobre a vereadora que só por essa razão devia ter podido falar e depois o deputado Municipal Nuno Henriques fez referência a uma intervenção da vereadora Ana Umbelino em termos de defesa e de consideração pessoal, concedida pelo presidente da Assembleia Municipal e bem.-----

-----Assinalou estes dois episódios, que também estão na ata e que fazem toda a diferença na análise desta situação.-----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal António Carneiro* anotou que interveio estritamente em termos pessoais, deixando totalmente de lado o de militante do PS, mas também nunca disse que o presidente da Assembleia não tinha errado, disse que escolheu um caminho, admite que de uma forma excessivamente institucional, mas foi a sua opção e respeita-a.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMPARTICIPAÇÃO DE PASSES SOCIAIS:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* saudou a decisão da Câmara Municipal que, reconhecendo a pertinência de uma das moções apresentadas ao plenário pelo Bloco de Esquerda, na sessão extraordinária de 1/07/2019, que baixou à Comissão de Acompanhamento do PART, decidiu, embora com cerca de 2 anos de atraso, compartilhar a 100% os passes sociais dos estudantes do ensino secundário, mas não deixam de achar curioso o *timing*, uma vez que estão a cerca de 3 meses das próximas eleições.-----

-----Lamentou que esta comparticipação não se estenda a outros grupos mais desfavorecidos, como desempregados ou reformados, conforme as moções que igualmente apresentaram.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DAS REGUEIRAS E DA EN9:-----

-----Depois de também expressar um cumprimento à presidente de câmara Laura Rodrigues

desejando-lhe a melhor sorte e sabedoria o *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* alertou que a limpeza das regueiras em terrenos urbanos, está muito aquém do desejável.-----

-----No seguimento desta questão alertou ainda para a necessidade de se proceder à manutenção da EN9, sugerindo que a autarquia podia sensibilizar as Infraestruturas de Portugal para este problema, e até assumir a competência deste troço que já possuiu poucos quilómetros.-----

-----A *presidente da Câmara* disse esperar com brevidade providenciar melhorias nos aspetos referidos pelo autarca.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ECOCENTRO:-----

-----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* deu nota que a obra do Ecocentro já se iniciou e está a evoluir bem, mas alguns cidadãos têm questionado se os “monstros” e os resíduos que não entram na recolha seletiva serão ali colocados a pagar.-----

-----A *presidente da Câmara* informou que é gratuito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

URBANIZAÇÃO DA INFESTA:-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* deu nota de ter sido informado por alguns moradores da urbanização em título, que a passagem pedonal que liga a mesma à cidade carece de intervenção, quer na parte metálica quer no passadiço de madeira, questionando se está previsto para breve alguma intervenção rápida antes que a mesma se torne irrecuperável.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROMOTORRES E.M:-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* indagou se a presidente de Câmara mantém a ideia de ser esta empresa municipal a lançar um concurso internacional para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo com 300 lugares nos chamados “Jardins de Santiago”.-----

-----A *presidente da Câmara* esclareceu que não lhe parece que esteja previsto um concurso para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, mas concorda que sejam exploradas as possibilidades de haver ali um parque de estacionamento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ZONA DO ANTIGO MATADOURO - PARUS (PLANOS DE AÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA):

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se à intervenção do cidadão Carlos Granadas, que se referiu à obra da vereadora Cláudia Ferreira na zona em título, para dar nota que o executivo em 22/06/2021 assumindo que não tinha condições para fazer uma auditoria, resolveu promover a mesma junto do IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliários e da Construção) e questionou se, havendo duas obras a serem construídas no âmbito do PARU, adjudicadas a um

cidadão que está a ser alvo de uma investigação da Polícia Judiciária, cujo valor ronda 900 mil euros, não seria igualmente necessário uma auditoria a estas obras para uma maior verificação das mesmas.-----

----Questionou ainda o que andaram a fazer os técnicos da autarquia para que houvesse todos estes equívocos e como podem ter confiança nos mesmos.-----

----A **presidente da Câmara**, começou por esclarecer que a autarquia não faz auditorias às suas próprias obras e aquilo vereadora solicitou foi que houvesse uma auditoria que mostrasse que a obra pública que está junto à obra particular não tinha sido afetada pelo facto de haver intervenções de um só empreiteiro nessas duas obras.-----

----Nesta sequência a única forma juridicamente correta para o fazer seria através de uma participação ao IMPIC, solicitando que verifique se a obra pública foi ou não afetada pelo facto de haver a tal comunhão em termos de espaço de estaleiros ou de empreiteiros comuns com a obra particular.-----

----Quanto à alusão de alguém estar a ser investigado pela Polícia Judiciária, não sabe do que se trata.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TARIFAS – ÁGUA E RESÍDUOS:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* começou por dar as vindas a Laura Rodrigues agora investida nas funções de presidente de Câmara.-----

----De seguida lembrou que se completariam no dia seguinte dois meses sobre o último dia que estiveram aqui presentes em plenário, fazendo votos para permaneça nas suas memórias, e que daqui para a frente algumas coisas nestas sessões se possam desenvolver de forma diferente.----

----Relativamente ao assunto em título questionou sobre a nova legislação que obriga os municípios a separarem o calculo da tarifa da água dos resíduos sólidos até ao ano 2026, no sentido de saber se a autarquia já tem um plano para aplicação desta alteração legislativa e se sim em que moldes e para quando.-----

----A **presidente da Câmara** informou que está a ser elencado um estudo de tarifário de resíduos para que nos prazos previsto a legislação referida possa ser adotada.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REFEIÇÕES ESCOLARES:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse ter tido conhecimento de queixas sobre a qualidade da confeção das refeições escolares em algumas das escolas do município, questionando se a Câmara Municipal tem conhecimento e o que está previsto para promover melhoramento nesse sentido.-----

----A **presidente da Câmara** assinalou que nos últimos anos não tem tido referências, podendo,

contudo, existir alguma situação pontual de que não tem conhecimento. Para além disso em qualquer ponto do território as refeições fornecidas são normalmente elogiadas, ano após ano, são de boa qualidade e muito bem acolhidas, sendo confeccionadas no local ou nas IPSS próximas, com produtos locais e todo o cuidado na sua seleção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JARDIM DO SARGE:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* voltou a questionar se a autarquia já tem um plano para a recuperação da escadaria do jardim em epígrafe que ruiu com a intempérie e oferece algum perigo aos transeuntes.-----

-----A *presidente da Câmara* disse não estar a par deste assunto, mas passará a informação ao vereador Hugo Lucas, que tem as competências nesta área.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTE DA FONTE GRADA:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, alertou que a ponte em título tem um resguardo derrubado presumivelmente consequência de algum acidente de viação, que oferece perigo quer para a circulação viária quer para os peões inquirindo se a autarquia tem algum plano para a reconstrução e reposição do mesmo.-----

-----A *presidente da Câmara* esclareceu que o arranjo está previsto e já foi feito o procedimento para o efeito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREIXOS:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu nota que muitos dos 41 freixos que foram subtraídos à Av. António Leal d'Ascensão e mudados para junto do rio Sizandro terão morrido questionando se já tem noção de quantos sobreviveram.-----

-----A *presidente da Câmara* confirmou que há muitos que não sobreviveram, ao contrário daquilo que era expetável embora não tenha presente a taxa de sobrevivência, mas não foi pelo facto de serem transplantados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POLICIA JUDICIÁRIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* assinalou que tiveram notícia pela comunicação social que a PJ terá estado nas instalações da Câmara Municipal de Torres Vedras questionando se a presidente da Câmara poderia elucidar o plenário sobre o alvo ou o motivo.-----

-----Sobre este assunto a *presidente da Câmara* deu nota que no dia em que os inspetores da PJ estiveram na câmara, tiveram várias interpelações da comunicação social, tendo nesse sentido questionado sobre o que poderia informar para exterior, obtendo a resposta que não devia informar

absolutamente nada, pois estava em segredo de justiça, mas que podia confirmar que estavam nas instalações e a colaborar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Período da ordem do dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 2 de 25 de abril e n.º 3 de 27 e 29 de abril de 2021 tendo a Assembleia Municipal, após algumas correções aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

3 - P. N.º 30/CM/2021 - APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2020, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 3886, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021, a remeter em formato digital os documentos em título em conformidade com o deliberado pelo executivo nesta mesma data.-----

-----A **presidente da Câmara** iniciou a apresentação destes documentos lembrando que este ano houve alteração no sistema contabilístico e o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) veio substituir o POCAL (Plano Oficial de contabilidade das Autarquias Locais), o que faz com que seja difícil estabelecer comparações com as contas do ano transato.---

-----Lembrou também que foi o ano em que apareceu a COVID-19 e por isso anormal no que diz respeito aos investimentos e à concretização das apostas iniciais e o que acabou por ser realizado ao longo de todo o ano.-----

-----Deu nota que as receitas cobradas foram cerca de €62.962.000,00, com 101% de execução em relação ao previsto, destas 40% correspondem a impostos diretos, 23% transferências do orçamento de Estado, 10% à descentralização para a educação, um valor substancialmente elevado e 6% para participações comunitárias, sendo expetável que no próximo ano estes 40% de impostos diretos venham a decrescer dado que uma das medidas extraordinárias implementadas pelo município no âmbito do COVID-19 refere-se à descida da taxa de IMI.-----

-----Quanto às despesas, foram realizadas €55.108.648,00, das quais foram pagas €54 634.612,00 ou seja uma taxa muito substancial. Dessas, 33% correspondem a despesas com pessoal, que incluiu todo o pessoal da descentralização e 27% a aquisições de bens e serviços, nomeadamente honorários e cachets, materiais para *stoks* e conservação de bens.-----

-----Continuou assinalando que a execução de despesa foi de 90%, a execução das GOPS cerca de 60%, ficando a execução de investimentos no âmbito do PEDU e do PACTO aquém do que era previsto. Financeiramente registam um resultado líquido de 2,1 milhões, apurado no SNC-AP, mas que seriam de 5,1 milhões no POCAL.-----

-----Salientou que estas contas registam a diminuição das dívidas a fornecedores, cujo prazo médio

de pagamentos passou para 12 dias e em termos de indicadores financeiros o município tem a situação muito confortável.-----

-----Por último agradeceu o trabalho de equipa da divisão financeira que este ano teve trabalho redobrado.-----

-----Feita a análise aos documentos em título o *deputado municipal João Rodrigues* constatou a manutenção de equilíbrio orçamental entre receita corrente e despesa corrente, com saldo positivo, o que indicia folga, que pode vir a ser importante para investimento nos apoios à crise causada pela pandemia. -----

-----Verificou um bom grau de execução das opções do plano, destacando grande investimento na construção de escolas, embora ainda no âmbito de uma carta escolar muito atrasada, mas que deveria favorecer mais as áreas sociais, de habitação, ou proteção ambiental.-----

-----Disse também que se verifica uma cobrança recorde de impostos, o que, a par do equilíbrio orçamental, indica que teria sido possível maior investimento e aliviar a carga fiscal e cobranças, no âmbito dos apoios à crise causada pela pandemia, que se prevê ainda ser necessário acautelar no próximo ano, pelo que alguma folga pode ser afetada ao reforço destes apoios.-----

-----Apesar do limite da dívida ser cumprido, preocupa-o a margem de endividamento estar na casa dos 6 milhões de euros, dada a quantidade de projetos anunciados e que vão condicionar o próximo executivo, temendo que o volume de despesa prevista e/ou anunciada, para os próximos anos e a baixa possibilidade de endividamento, constituam uma condicionante demasiado pesada para a autonomia e possíveis necessidades prementes que possam existir, para investir nos fundos comunitários, ou nas mudanças de prioridades e de investimentos, que o próximo executivo queira efetuar, pelo que o Bloco de Esquerda se irá abster.-----

-----A *deputada municipal Dina Almeida* aproveitou para dar as boas vindas ao novo vereador e desejar à presidente de Câmara as maiores felicidades, referindo que de certa forma na sua intervenção inicial já esclareceu uma das dúvidas que o Grupo Municipal do PSD tinha quanto ao impacto da mudança do sistema contabilístico em relação aos 2,1 milhões de resultado positivo que seria de 5 milhões se estivessem a falar do anterior.-----

-----Assim e relativamente ao equilíbrio orçamental o relatório de gestão refere receitas de 61,9 milhões, receitas correntes de 50,5 milhões, receitas de capital 6,7 milhões e outras receitas 4,6 milhões. As receitas fiscais representam a principal fonte financeira da atividade municipal com um peso de 48% na receita corrente e 40% na receita total, decorrente do IMI, IMT e IUC. -----

-----Acrescentou que preocupa o grupo municipal do PSD a exetável descida para 2021 da receita proveniente do IMI tendo em conta as medidas extraordinárias COVID-19 apresentadas e temem ter igualmente uma descida significativa da derrama face às condições sofridas pelas empresas do concelho em 2021 crescendo desconhecer o que poderá acontecer quanto ao IMT, já para não

falar das receitas provenientes de licenças que foram abolidas. -----

----Assim, alertou para necessidade de existir equilíbrio orçamental, já que em 2021 prevê-se que todas estas receitas possam vir a descer.-----

----Assinalou que as transferências do orçamento de Estado também são relevantes, pois representam 31% da totalidade da receita cobrada, podendo vir a observar-se também descidas no IRS e IVA porque os resultados das empresas estão diferentes. -----

----Destacou os gastos com pessoal que representam 33,14% da despesa total do município, já tendo sido dito exatamente de que resulta este número. Os impostos diretos refletem 40 a 50% da estrutura das receitas correntes e tal como é referido no relatório, a autarquia tem procurado obter recursos sem aumentar impostos aos seus munícipes, fator que devia ser uma prioridade a ter em conta estando agora a meio do ano.-----

----Fez notar que a autarquia tem mais 345 trabalhadores, com os quais para além dos gastos referentes a atualizações salariais no valor de 2,4 milhões de remunerações acresce €550.000,00 de encargos.-----

----Salientou que a demonstração de resultados menciona o decréscimo de 3.260 milhões de euros em relação ao período homólogo, referência que fica um pouco diferente se considerarem a mudança da contabilização, mas de uma forma geral considera que estão no bom caminho, embora com algumas preocupações relacionadas com as descidas das receitas e possibilidade do aumento da despesa face ao que o COVID-19 lhes poderá trazer.-----

----Por último e reportando-se aos gastos imputados de entidades controladas associadas, e uma vez que os resultados da Promotorres e outras empresas associadas também têm influência nos resultados do Município, questionou em relação aos fornecimentos e serviços externos relativos à pandemia, qual o valor e em que rubricas estão registadas, para aferir o impacto que teve nas contas.

----A **presidente da Câmara** assinalou que de uma forma geral foram manifestadas preocupações com as quais a Câmara Municipal também comunga, assegurando que ao longo de 2021 têm acompanhado com muita atenção a evolução das receitas e das despesas para que o equilíbrio orçamental se mantenha e possam terminar o ano com as contas equilibradas. -----

----Quanto à questão colocada relativamente ao COVID-19 disse não ter presente o valor correspondente, mas fará chegar a informação.-----

----O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** começou a sua intervenção com uma saudação especial à presidente Laura Rodrigues apesar de ter assumido estas funções tendo em conta o infausto acontecimento que ocorreu.-----

----Apos uma apreciação mais técnica dos documentos de prestação de contas por parte da sua colega iria abordar a vertente política, e contrariamente ao que é a normal, nomeadamente pela bancada do PS que tenta mitigar esta discussão a algo meramente contabilístico, sendo óbvio que

as contas estão certas, mas refletem política e manifestam-se pelo nível de execução das Grandes Opções do Plano. ----- .

-----Antes de mais lembrou que estão a finalizar o mandato autárquico e não é a presidente de Câmara em exercício que tem a responsabilidade total, mas sim um conjunto de pessoas do PS que tiveram a responsabilidade da autarquia nestes 3 anos e 7 meses. -----

-----Salientou a grande importância das receitas provenientes de impostos diretos, IMI, IMT, IUC e derrama, em cerca de 24 milhões de euros, que contribuem para o orçamento municipal algo que nunca é demais reiterar e evidenciar, representando cerca de 40 a 45% sendo por isso muito importante que as pessoas tenham a responsabilidade de exigir, avaliar e depois de questionar sobre essas opções. -----

-----Nesta sequência considerou relevante a fraca execução das Grandes Opções do Plano, com cerca de 38% que não se reportam ao COVID-19, mas a outras situações mais estruturais, assim como relevante a necessidade de terminar o parque escolar, que há 16 anos se iniciou com a Carvoeira, estando agora em execução a escola do Turcifal e a do Ramalhal, contudo haverá várias gerações que nunca terão acesso a equipamentos com este tipo de condições. -----

-----Referiu-se ao espaço “Bicos” em Santa Cruz, para lamentar a inexistência de qualquer espaço público municipal fruível para os torrienses, assim como a falta de investimento nesta área em 2020 e em todo o mandato. -----

-----Lembrou que há cerca de 2 anos tiveram um concurso de ideias em relação à Praça Machado Santos, desconhecendo a razão de não ter ido avante e andam há 3 anos à espera do Museu Joaquim Agostinho. Também houve problemas com o parque municipal de Santa Cruz, relacionados com questões subterrâneas, para além de terem algumas obras que vão ficando desertas e entram em concurso por valores muito mais altos do que seria há um ano ou dois atrás. -----

-----Observou que são questões para que quem ganhe as próximas eleições autárquicas tenha em consideração para ser mais ousado e para tentar fazer algo mais. ----- .

-----Perante o exposto e numa apreciação política, que não poderá ser estritamente mecânica de as contas darem “certinhas”, mas porque traduzem o corolário das atividades municipais durante o ano de 2020, o grupo municipal do PSD não pode votar favoravelmente. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* também saudou a nova presidente da Câmara desejando as maiores felicidades no exercício do cargo, assim como ao vereador Nelson Pereira. -----

-----Reportou-se ao assunto em apreço para dizer que os resultados destas contas estão diretamente ligados às opções do orçamento, ao contexto altamente complexo resultante da pandemia e das próprias alterações contabilísticas. -----

-----Considerou normal que se tenham canalizado verbas, algumas substanciais, para minimizar o impacto da pandemia, mas fundamentalmente na vida das pessoas e das empresas, assim como

normal que o declínio da atividade económica existente, possa de alguma forma penalizar alguma receita, mas interessava avaliar estas contas do prisma social e político. -----

----- Nesse propósito assinalou que foi um ano de grande instabilidade de execução orçamental, mas a Câmara Municipal porque é a matriz socialista, humanista, pôs em primeiro lugar as pessoas.-----

----- Contrapôs que têm o parque escolar em execução, cuja dimensão, para qualquer pessoa que tenha a mínima noção de como gerir dinheiros públicos sabe que não permite fazer tudo ao mesmo tempo, e, por conseguinte, tem de ser feito em conjunto e de forma sustentável, e não podem olhar para o município e para o seu investimento exclusivamente numa vertente.-----

----- Deste modo Torres Vedras orgulha-se de ser um território sustentável, com contas certas, equilibradas e sustentáveis, mas não é de estagnar que o PSD não vote favoravelmente estas contas, porque também nunca votou a favor nenhum orçamento nem nenhuma prestação de contas.

----- Reforçou que durante 4 anos nunca o fizeram e isso diz bem ao que o PSD vem, mas vir protestar sem soluções ou alternativas, não devia de ser a postura de quem se apresenta para fazer parte da solução e quando ouvem dizer que existem outras áreas ou soluções, devem apresentá-las. Devem dizer aos torrienses ao que vêm, quais são as suas opções e onde entendem que se deve investir os dinheiros públicos. -----

----- Saliu que têm um executivo experiente em quem os torrienses confiam para saber que primeiro estão as suas gentes e só depois os interesses partidários. O PS olha para o concelho de Torres Vedras de uma forma equilibrada e sustentada sendo isso que têm feito ao longo do ano e é isso que as contas em análise traduzem e por isso o Grupo Municipal do PS votará a favor. -----

----- A **presidente da Câmara** relativamente Praça Machado Santos, disse que o deputado municipal tinha razão relativamente ao atraso das obras, assegurando que será ainda este ano lançado o concurso, com previsão de início logo a seguir ao Carnaval.-----

----- Sobre o Centro Cívico de Santa Cruz, defendeu que era um desejo comungado por todos, mas aguardam oportunidade de canalizar verbas dentro do próximo quadro comunitário, relacionadas com a economia azul, e têm feito diligências nesse sentido no âmbito do MAR 2021/2030.-----

----- Por último deu nota que este ano através dos fundos comunitários já tiveram a aprovação de 20,4 milhões de euros, o que é muito significativa em termos de obra.-----

----- Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da Mesa colocado à votação o assunto em discussão. -----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 25 votos a favor e 12 abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2020, do município de Torres Vedras.-----

----- Anota-se que se abstiveram Sérgio Jacinto, João Rodrigues, Pedro Castelo, João Pedro Gomes,

Paula Mota, João Loureço, Rita Sammer, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Ana Fiéis e Nuno Henriques. -----

-----Anota-se ainda que estavam ausentes da sala António Fortunato e Celso Carvalho.-----

4 - P. N.º 31/CM/2021 - APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2020, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 3886, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021, a remeter os documentos em título em conformidade com o deliberado pelo executivo nesta mesma data.----

-----A **presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção dando nota da qualidade do trabalho apresentado pelos SMAS e propriamente quanto às contas assinalou que o resultado líquido foi de €170.532,00 com acréscimo de €34.700,00 face ao ano anterior, com bons níveis de execução e eficiência de gestão e prazos médios de pagamentos/recebimentos na ordem dos 40 dias. -----

-----Referenciou também a situação pandémica que atravessaram em 2020, que implicou uma perda de receita de €136.000,00, tendo em atenção a redução do valor dos pagamentos pelo apoio no âmbito da COVID-19, o aumento da dívida de clientes e a proibição dos cortes despesas que se mantem numa lógica de apoio social, e ainda as despesas associadas à pandemia, tais como equipamento, materiais, desinfetante etc., necessários para o trabalho diário. -----

-----De uma forma geral os SMAS continuam com boas contas apesar do impacto negativo trazido pela COVID-19. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, tendo por base os documentos que foram apresentados como é habitual nos SMAS com uma excepcional qualidade, disse que as contas de 2020 não fogem à regra.-----

-----Lembrou que estas contas refletem que a partir de 1 de julho de 2020 os SMAS passaram a ser a entidade gestora responsável pela recolha do RU na área do município, que não era seu atributo, sendo esta uma área onde é mais mensurável o efeito da pandemia com redução da receita que decorreu das medidas tomadas.-----

-----Acrescentou que há que ter em conta que de qualquer forma o resultado é favorável, tendo verificado que algumas obras continuaram a ser feitas pelo que não houve uma redução visível no investimento.-----

-----Também considerou importante a prossecução do investimento nas telemetrias e nas novas tecnologias para combate às perdas de água que começa a mostrar melhores resultados comparativamente a alguns municípios do país, que são perfeitamente entendíveis. -----

-----Assim tendo por base o resultado líquido de €170.532,14 e sendo um prestador de serviços, com uma gestão orientada para a valorização de âmbito social, os SMAS pelas suas contas e pela política que lhe está subjacente esteve bem em 2020, e deixando um enfase à qualidade dos

serviços prestados e à sensibilização social que ocorreu por parte do seu conselho de administração em termos de respostas à pandemia, a votação do Grupo Municipal do PSD estará em linha com a votação dos seus vereadores no Executivo e não votará desfavoravelmente.-----

----O *deputado municipal Nelson Aniceto* salientou que o ano que passou foi um ano atípico, e que 2021 vai continuar a ser, embora com o tempo se tenham habituado aos constrangimentos e se adaptado aos desafios que a pandemia lhes colocou.-----

----Disse também que viu com agrado que se mantém a qualidade do relatório em análise, com informação precisa e detalhada.-----

----Referenciou que a tarifa social e a tarifa familiar abrangeram cerca de 930 clientes que representou um esforço de €160.000,00, uma medida de apoio às famílias mais carenciadas que traduz um sinal importante e faz parte da matriz social que deve nortear a prestação deste serviço.

----Acrescentou que os SMAS, não devem dar lucro, mas devem ter alguma margem para que possam fazer novos investimentos, tendo a título de exemplo referido a instalação de mais de 6 quilómetros de redes de condutas de água, uma modernização que é necessária para precaver um problema recorrente que são as fugas de água e deve merecer a continuada atenção.-----

----Fez ainda uma referência aos indicadores financeiros dos SMAS que continuam estáveis.-----

----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal, em cumprimento com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, aprovar por maioria de 32 votos a favor e 4 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades do ano de 2020, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento Torres Vedras.-----

----Anota-se que se abstiveram Paula Mota, João Lourenço, João Rodrigues e Sérgio Jacinto e que que não se encontravam na sala, Pedro Vaza, João Pedro Gomes e Celso Carvalho.-----

12 - P. N.º 40/CM/2021 - PROPOSTA DE PLANO ESTRATÉGICO DE CULTURA DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 3859 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14/06/2021 a dar conhecimento que o Executivo em reunião de 8/06/2021 deliberou aprovar a proposta do plano em título, que remete atenta as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

----A *presidente da Câmara* sublinhou que o plano em apreço é estratégico e não de ação e pretende ser uma bússola orientadora das políticas culturais do município num horizonte de 5 anos. Resultou de um trabalho desenvolvido de uma forma inovadora e muito participada, construído a partir das dimensões temáticas propostas pela UNESCO para a cultura na Agenda 2030, abordando as dimensões: ambiente e resiliência, prosperidade e estilos de vida, conhecimento e competências e inclusão e participação.-----

----Antes de dar a palavra a plenário o *presidente da mesa* deu nota que o plano foi devidamente

apresentado à Comissão Permanente de Líderes pela sua autora numa reunião de esclarecimentos na passada sexta-feira. -----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Nuno Henriques*, iniciando com uma saudação à edil e ao vereador agora em funções. -----

-----Pegando nas palavras da presidente de Câmara, disse que como estudo o documento parece-lhe bem, mas menos bem como plano, pois identificou algumas lacunas, desde logo quanto à carta antropológica, histórica e tradicional e até arqueológica e ainda a questão do ensino das artes que está omissa, decorrente de uma falha estatística. Plasma vagamente algumas orientações nomeadamente a nível da música, pensando que há algo mais a complementar, ou seja, como estudo parece-lhe um ponto de partida e não de chegada, desde logo porque lhe pareceu um plano fechado tendo em conta o seu horizonte temporal de 5 anos. -----

-----No seu entender a cultura na sua vertente rural e litoral devia estar mais representada englobando também a gastronomia. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* fez notar que o plano estratégico em análise foi elaborado com base num conjunto de dimensões temáticas propostas pela UNESCO e nessa medida poderá ser igual para qualquer outro município do país. -----

-----Assinalou que o Grupo Municipal do PS que representou na citada reunião de esclarecimentos tem a consciência de que as ações subjacentes ao mesmo já serão do futuro Executivo, e determinariam para cumprir um plano com esta dimensão, um aumento significativo para a área da cultura de custo e um forte crescimento em termos de recursos humanos. -----

-----Também disse que a UNESCO é muito ambiciosa nesta matéria, mas embora notando algumas falhas todos se dispuseram a aprovar o plano, observando que todos os grupos municipais têm que ter consciência destas limitações financeiras e de não se conseguir sequer em 5 anos conseguir cumprir todos estes desideratos ambiciosos. -----

-----Assinalou o voto favorável do grupo municipal do PS, no sentido de que o Executivo terá de ter um plano de ação devidamente quantificado para execução de tudo o que propõe. -----

-----Aludindo à análise SWOT no que se refere à adjectivação utilizada no levantamento dos pontos fracos e ameaças, frisou que a Câmara Municipal seria obrigada a investimentos brutais para os eliminar, sendo evidente que os mesmos devem existir nos 308 municípios do país e Península Ibérica. -----

-----Quanto à música o plano não refere o papel fundamental da escola de música dos Bombeiros Voluntários nem o conservatório da FISICA, que engloba uma modalidade de ensino sobre a qual a maioria dos municípios desconhece a sua dimensão e sobretudo o seu impacto social e cultural na comunidade. -----

-----Também salientou que este plano foi elaborado quando ainda não havia o Centro de Artes e

Criatividade e foi com a charneira do Museu Leonel Trindade, que avançou enquanto museu polinucleado, motor e principal agente de ativação do conhecimento da história e património local.

-----Para terminar disse que aprovam o documento, com a ressalva realista daquilo que é possível, mas fica permanentemente em cima da mesa fazerem o caminho passo a passo, sabendo que deixarão às gerações futuras um concelho culturalmente mais rico, nomeadamente na tal vertente antropológica, isto é, no mergulhar no mundo rural na sua riqueza cultural, num sentido muito transversal e mais micro. -----

-----Na sequência desta intervenção o **presidente da Mesa** interveio para expressar o desejo de que este plano sirva a coesão territorial e social, pois a afirmação de que o concelho é homogéneo é contestável, lembrando igualmente que não se deve perder a dicotomia urbano/rural e campo/cidade, a contemporaneidade versus a memória e a identidade, como se este último aspeto fosse um aspeto passadista. -----

-----Devidamente autorizada pela Mesa, após solicitação da presidente da Câmara tomou a palavra a vereadora **Ana Umbelino** que acompanhou a elaboração do plano, para alguns esclarecimentos adicionais. -----

-----A **vereadora**, reiterando o que foi expresso pela presidente de Câmara na apresentação deste assunto, assinalou que o plano é informado por um estudo, que tem na sua base o referencial da UNESCO para a cultura no quadro da agenda 2030, ou seja, toma como referência os objetivos do desenvolvimento sustentável, com 4 áreas temáticas, elegendo para cada uma um conjunto de indicadores, que lhe permite acompanhar o progresso e a evolução e o impacto das medidas de política pública que vão implementando ao longo do tempo e permite, em acréscimo, ver o contributo local para o alcance de metas ou horizonte coletivos. -----

-----Este referencial tem subjacente também a ideia de perspetivar a cultura, o seu lugar e seu contributo, no quadro de um projeto de desenvolvimento territorial e olhar para a cultura não de uma forma meramente descritiva ou atomizada, mas numa perspetiva dinâmica relacional com outras dimensões (economia, ambiente, coesão social e territorial, saúde mental) e não de forma acantonada e por isso redutora. -----

-----Relativamente às questões colocadas sublinhou que não obstante este referencial, que pretende ser universal, o processo assentou numa metodologia híbrida que convocou a participação dos cidadãos e dos agentes culturais. -----

-----Assim para cada um dos eixos temáticos foram organizadas sessões participativas abertas a todos os cidadãos procurando ter a presença de elementos chave em cada uma delas e em paralelo foi feito um inquérito aberto à população, da qual tiraram algumas conclusões importantes, razão pela qual este plano assentou em metodologias participativas porque não pretende ser um plano elaborado por especialistas ou por técnicos municipais e validados por decisores políticos. -----

-----No que diz respeito ao património imaterial, fez notar que a sua conservação preservação e valorização é uma preocupação e está implicitamente plasmada no plano, uma vez que o papel de instituições como o Museu Leonel Trindade é amplamente reconhecida e inscreve na sua missão a preservação do património imaterial e o reconhecimento do valor do conhecimento e das competências das comunidades, existindo cada vez mais uma relação desse património imaterial e as práticas artísticas contemporâneas do qual é exemplo no território o projeto “Rama”, instalado na Maceira e que tem como princípio a valorização dos “saberes fazer” da comunidade e a realização de residências artísticas em que os artistas têm contacto com a comunidade.-----

-----Sobre a gastronomia, que também faz parte do património imaterial, está subjacente a ideia de preservação dos saberes das comunidades e tem também respaldo noutros planos e instrumentos que o município toma como referência como é o caso do Plano Estratégico em Turismo Sustentável, em que tem havido uma atenção à gastronomia.-----

-----Terminou dizendo que o objetivo deste plano, não é apresentar propostas de programação, mas mostrar que têm uma rede de equipamentos culturais bastante consolidada, vasta e diversificada, com uma avaliação bastante positiva por parte dos cidadãos que participaram.-----

-----De novo no uso da palavra e após as explicações da vereadora que classificou de teóricas e muito bonitas, o *deputado municipal Nuno Henriques* disse que subscrevia tudo o que foi dito sobre o estudo, mas porque o plano tinha algumas fragilidades a sua interpelação era política, questionando se é um plano politicamente fechado ou aberto para ser complementado ao longo dos tempos, no sentido de ser um ponto de partida e não de chegada.-----

-----A *vereadora* disse respeitar a posição do deputado, mas não a subscrevia. No seu entender um plano é um conjunto de orientações que aponta caminhos e que marca uma agenda no caso vertente, política, e tem que ser informado por um estudo, que é o diagnóstico, ou seja o estado da arte que neste caso foi o resultado de uma análise e do contributo dos cidadãos e dos agentes culturais, já que a cultura é um ecossistema com vários atores. Assim este estudo informa o plano que tem um conjunto de linhas estratégicas que terão que dar origem a planos de ação, com a especificação dos recursos financeiros.-----

-----Estão a propor aprovação de um referencial e de linhas de orientação.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, interveio para justificar o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD, considerando que aprovar uma agenda política a 5 anos, a 3 meses das eleições é desaconselhável e até um pouco sobranceiro sendo nesse sentido que votam pela abstenção.---

-----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação o assunto em discussão:

-----A Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou aprovar, por maioria de 30 votos a favor e 8 abstenções o Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues, Sérgio Jacinto, Rita Sammer, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Nuno Henriques, Ana Fiéis e Pedro Vaza. -----

-----Encontrava-se ausente Marta Geraldès. -----

5 - P. N.º 32/CM/2021 - PROPOSTA DE 5.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Ofício número 3860, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021 a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo nesta mesma data, as revisões em título, tendo presente a competência deste órgão nesta matéria. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que constitui objeto desta revisão a incorporação de um montante referente ao pessoal não docente transferido no âmbito dos acordos do ensino pré-escolar, para a qual não tinha sido prevista qualquer verba em orçamento, tendo em conta a informação recebida da DGEST. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação: -----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 deliberou aprovar, por maioria de 34 votos a favor e 1 abstenção a 5.ª revisão ao orçamento e 4.ª revisão às grandes opções do plano de 2021, do Município de Torres Vedras. -----

-----Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto e não se encontravam na sala Marta Geraldès, Dina Almeida, Pedro Castelo e João Pedro Gomes. -----

6 - P. N.º 33/CM/2021 - PROPOSTA DE 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: -----

-----Presente ofício número 3889, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021, a remeter a proposta de alteração em título, de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 14/06/2021, com base na informação 137/2021 da área de gestão de recursos humanos, sendo os postos de trabalho referentes a contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, que traduz no seguinte:-----

-----1 - Criar de 11 postos de trabalho: -----

-----a) Divisão de Desenvolvimento Social – Área de Juventude – 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior para acautelar o regresso de trabalhadora que se encontra em licença sem remuneração há cerca de 18 meses e pretende regressar; -----

-----b) Divisão de Transportes e Trânsito – Área de Trânsito e Segurança Rodoviária (ATSR) – 3 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional; -----

-----c) Divisão de Transportes e Trânsito – Área de Gestão e Manutenção de Frota (AGMF) - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional; -----

-----d) Divisão de Transportes e Trânsito – Área de Gestão e Manutenção de Frota (AGMF) – 1

posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico;-----

----e) Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais – Área de Construção e Manutenção de Vias Municipais (ACMVM) – 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (existe reserva de recrutamento interna decorrente de procedimento concursal);-----

----f) Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial – Área de Projeto (APRO) – 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (existe a decorrer procedimento concursal comum n.º 1/2019 para 2 postos de trabalho, pelo que passam de 2 para 3 postos de trabalho);-----

----g) Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial – Área de Planeamento (APLAN) – 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior (existe a decorrer procedimento concursal comum n.º 1/2021 para 2 postos de trabalho, pelo que passam de 2 para 3 postos de trabalho);----

----h) Divisão Financeira – Secção de Contabilidade (SC) – 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico;-----

----i) Divisão Financeira – Secção de Património (SP) - 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior.-----

----2 - Eliminar 3 postos de trabalho não ocupados, decorrente de aposentações de trabalhadores, na carreira/categoria de Assistente Operacional na Divisão de Transportes e Trânsito na AGMF.---

----3 – Complementar com os requisitos habilitacionais/profissionais os postos de trabalho, respeitantes aos cargos de Direção Intermédia de 1.º grau e de Direção Intermédia de 2.º grau, de acordo com o definido no quadro anexo à informação que faz parte integrante do processo, tendo sido indicados pelos eleitos locais dos pelouros respeitantes e/ou pelos dirigentes das Unidades Orgânicas todos os elementos respeitantes às habilitações académicas/profissionais e à descrição dos postos de trabalho a criar.-----

----4 - Ainda de acordo com o deliberado propõe determinar a abertura dos procedimentos concursais comuns ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 30.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ou seja, a que possam concorrer candidatos com e sem vínculo de emprego público.-----

----A **presidente da Câmara** informou que a alteração em causa visa a criação de 11 postos de trabalho absolutamente necessários.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que a sua intervenção tinha a ver com a intenção de complementar os requisitos habilitacionais/profissionais dos postos de trabalho (ponto 3) não lhe parecendo muito pertinente a definição da área das licenciaturas e pensando ser redutor restringir desta forma.-----

----A **presidente da Câmara** disse que nada tinha a obstar ao raciocínio expresso pela deputada municipal, sendo uma das hipóteses que poderia ser utilizada, contudo lembrou que são os requisitos habilitacionais mínimos e os candidatos poderão ter outros.-----

-----No seguimento da intervenção da deputada municipal o *deputado municipal Nuno Henriques* lembrou que já alertou no plenário para este tipo de definições, no sentido de os requisitos habilitacionais/profissionais serem mais amplos e não fecharem as possibilidades a outros quadros com estas restrições, sendo importante que a cidadania se exerça nesse sentido, mas nesta alteração ao mapa de pessoal os erros mantêm-se esperando a sua correção para breve. -----

-----Tendo presente a competência a sua competência prevista na nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, na sua atual redação, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria de 30 votos a favor e 7 abstenções a 2.ª proposta de alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal aprovado para 2021, e a abertura dos procedimentos concursais ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 30.º, do anexo I à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. -----

-----Anota-se que se abstiveram Sérgio Jacinto, Pedro Vaza, Rita Sammer, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Nuno Almeida e Ana Fiéis e encontravam-se ausentes João Pedro Gomes e Marta Gerales. -----

7 - P. N.º 34/CM/2021 - PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2021 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO: -----

-----Presente ofício número 3887 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14/06/2021, a remeter a proposta de alteração em título de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 14/06/2021, com base na nota explicativa da mesma que faz parte integrante do processo, a qual prevê a extinção de 9 postos de trabalho e a criação de 8 postos de trabalho. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que a alteração em análise foi elaborada no âmbito da integração do serviço de gestão de resíduos nos SMAS no sentido de reestruturar a sua atividade e visa a extinção de 9 postos de trabalho e a criação de 8. -----

-----A *deputada municipal Paula Mota* aludiu à extinção de um posto de trabalho de assistente técnico na secção de recursos humanos, para manifestar algumas dúvidas e também preocupação com a decisão uma vez que com o aumento de pessoal integrado por causa do RSU, aumentou também o volume de trabalho desta secção, considerando que esta decisão não é positiva para os serviços. -----

-----Questionou ainda se o posto de trabalho a extinguir na divisão projetos, cadastro e desenvolvimento reporta-se ao funcionário que transitou para a Freguesia de Carvoeira e Carmões. -----

-----A **presidente das Câmara** informou que se trata apenas de maximizar os recursos humanos existentes, em que os funcionários não saem, ficam integrados noutra divisão. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, na sua atual redação, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria de 34 votos a favor e 3 abstenções a 1.ª

alteração ao mapa de pessoal de 2021 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que se abstiveram João Pedro Gomes e Marta Geraldês.-----

8 - P. N.º 35/CM/2021 - PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL DE CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO:-

-----Presente ofício número 3862 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021 a dar conhecimento que o Executivo em sua reunião de 8/06/2021, encontrando-se por prover, através de recrutamento por procedimento concursal, o cargo de direção intermédia de 2.º grau, chefe da divisão de cultura, património cultural e turismo, deliberou propor a seguinte composição de júri: presidente – Jorge Augusto Reis Martins – diretor de departamento (departamento de estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras); vogal 1 - Mafalda Miguel Lopes Ribeiro de Moura Teixeira – chefe de divisão (divisão sociocultural e saúde da Câmara Municipal da Lourinhã) e vogal 2 – Rui Jorge Nunes Brás – coordenador de equipa de projeto e técnico superior da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

-----Usou da palavra a **presidente da Câmara**, para uma breve explicação introdutória, dando nota da constituição do júri em causa.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, reportando-se ao recrutamento do chefe de divisão em análise, questionou qual é o requisito habilitacional mínimo, e em que área e não tendo nada contra as pessoas indicadas também questionou em que medida os vogais cumprem o requisito preferencial para serem designados. -----

-----A *deputada municipal Paula Mota* inquiriu a razão de a 1.ª vogal proposta exercer funções fora do município no caso concreto no município da Lourinhã e ainda que lhe parecia fora do contexto o Arq.ª Jorge Martins, diretor de departamento de estratégia ser presidente do júri para um cargo de chefe da divisão de cultura, património cultural e turismo. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, assinalando desde logo que nada tinha quanto às pessoas escolhidas, lembrou que o presidente do júri tem sido sempre o mesmo em todos os procedimentos concursais que têm vindo ao plenário ultimamente, interrogando-se se não há hipótese de ter outro júri no sentido de ser dado um sinal e para o qual gostava de obter esclarecimentos.-----

-----A **presidente de Câmara** relativamente ao perfil do júri informou que foi definido anteriormente e consta do mapa de pessoal, sendo a questão em agenda apenas a da designação do júri. -----

-----Endereçando a questão do presidente do júri disse não haver qualquer estranheza na escolha uma vez que o Arq.º Jorge Martins ocupa o cargo de chefia mais elevado do município e era o único diretor de departamento até há bem pouco tempo, sendo escolhido pelas qualidades que lhe são reconhecidas no desempenho do seu cargo.-----

-----Quanto aos vogais, parece-lhe bem até por transparência encontrar pessoas exterior ao

município, neste caso uma chefe de divisão sociocultural do município da Lourinhã com experiência no seu local de trabalho e os outros vogais são trabalhadores da autarquia com reconhecidos méritos profissionais.-----

-----A Assembleia Municipal em cumprimento do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação (que adapta à administração local o estatuto do pessoal dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15/01) deliberou por maioria de 27 votos a favor e 12 abstenções designar para o procedimento concursal de chefe de divisão de cultura, património cultural e turismo o seguinte júri: Presidente – Jorge Augusto Reis Martins – Diretor de Departamento (Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras); Vogal 1 - Mafalda Miguel Lopes Ribeiro de Moura Teixeira – Chefe de Divisão (Divisão Sociocultural e Saúde da Câmara Municipal da Lourinhã) e Vogal 2 – Rui Jorge Nunes Brás – Coordenador de equipa de projeto e Técnico Superior da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram Paula Mota, João Lourenço, João Rodrigues, Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Rita Sammer, Dina Almeida, Luís Carlos Lopes, Marta Geraldês, Nuno Henriques e Ana Fiéis.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Tendo-se chegado à hora regimental para encerramento da reunião e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos os quais continuariam no dia 1 de julho às 21.00h, conforme convocatória e edital devidamente publicitado.-----

AO UM DIA DO MÊS DE JULHO PELAS 21.00 HORAS, REUNIUI A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 28 DE JUNHO DE 2021:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

-----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson

Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso, João Paulo Martins Lourenço e Secundino Campos Oliveira.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Maria João Pinto Ribeiro e Nelson Alexandre Gomes Pereira. -----

-----Antes de iniciar os trabalhos o primeiro secretário da Mesa informou que em substituição da deputada municipal Dina Almeida encontrava-se presente Secundino Campos Oliveira. -----

-----Como nota prévia o **presidente da Mesa** mais uma vez expressou à direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras um agradecimento pela cedência das instalações e informou que a presidente da Câmara solicitou que fossem aditados à ordem de trabalhos, os dois assuntos abaixo indicados, que após devidamente apresentados, colocou, ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a admissibilidade dos mesmos, tendo o plenário autorizado por maioria com 2 abstenções de Pedro Castelo e João Pedro Gomes. -----

ADITAMENTO: -----

P. N.º 42/CM/2021 – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.-----

-----Presente ofício número 4355, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 30/06/2021, a informar que nos termos do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, na sua atual redação, “o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas” e que para o efeito, foi efetuado o necessário procedimento de contratação pública, tendo a prestação de serviços de revisor oficial de contas sido adjudicada à entidade Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC, tendo sido por despacho da edil datado de 29/06/2021 aprovada a proposta de nomeação do Dr. Vicente Pereira Gomes Marques, administrador daquela entidade e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município, despacho esse sujeito a ratificação, por parte do executivo, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2023 de 12/09, na sua atual redação. Atendendo à urgência na nomeação do Revisor Oficial de Contas e, tendo em conta que a assembleia municipal irá reunir no próximo dia 01/07/2021, e depois só em setembro, solicita a análise e consequente deliberação sobre a proposta. -----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções nomear Vicente Pereira Gomes Marques, administrador da Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC, e Revisor Oficial de Contas, para auditor externo do município.-----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Castelo e João Pedro Gomes.-----

P. N.º 43/CM/2021 – PROPOSTA DE 6.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 4356, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de junho remeter a 6.º revisão em título elaborada pela divisão financeira que se fundamenta no seguinte: Com a transição do POCAL para SNC-AP, a partir de 1/01/2020, a contabilização dos contratos de subsídios ao investimento passou a ser efetuada, pela sua totalidade, aquando da assinatura do contrato (até aqui eram contabilizados apenas os pedidos de pagamento, à medida que os mesmos iam sendo inseridos na plataforma respetiva). Por este motivo foi feito o levantamento de todos os contratos em execução e a contabilização, em 2020, dos montantes ainda não refletidos na contabilidade.-----

-----Na elaboração do Orçamento para 2021 foram solicitadas às diversas unidades orgânicas, as estimativas de verbas a receber, neste ano, para cada um dos contratos de subsídios ao investimento e foram inscritas e dotadas as rubricas de acordo com as previsões recebidas.-----

-----Aquando do encosto de saldos de 2020 para 2021, para posterior encerramento do ano (o que pode ser efetuado após aprovação das contas pelo órgão executivo), foi detetado que existem 2 contratos de subsídios ao investimento, com valores por receber da entidade financiadora, e para os quais não foi criada rubrica orçamental em 2021 em virtude de não existirem previsões de serem recebidos este ano e torna-se, assim, necessário a criação destas 2 rúbricas da receita, de forma a se poder transitar os montantes contabilizados de liquidações por receber e de acordo com a legislação em vigor, a inscrição de novas rubricas configura uma revisão orçamental, cuja competência de aprovação recai sobre a Assembleia Municipal, nos termos na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação.-----

-----Verificou-se também, devido à alteração da dependência hierárquico-funcional da secção de património para a divisão financeira, a necessidade de criação da rubrica de avenças dentro da Divisão Financeira, nomeadamente para avença a efetuar com notária/solicitadora para apoio técnico nos processos de regularização dos imóveis municipais.-----

-----Assim, atendendo à urgência no encerramento contabilístico do ano e, tendo em conta que a assembleia municipal irá reunir no próximo dia 01/07/2021, e depois só em setembro, solicitam a análise e consequente deliberação sobre a proposta de revisão em título.-----

-----A Assembleia Municipal nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de

12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a 6.ª revisão ao Orçamento de 2021 do Município de Torres Vedras.-----

1- P. N.º 7/AM/2021 - INFORMAÇÃO COVID-19: -----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, que aludindo às deliberações tomadas neste dia em Conselho de Ministro, a quais desconhece em profundidade, questionou se a edil tinha mais informação. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer*, reportando-se ao facto de Torres Vedras ter entrado para a lista dos concelhos com risco elevado, que já por si era mau, mas pior se pensarem que acarreta mais algumas restrições de circulação, questionou se este nível de risco merece alguma revisão por parte da autarquia no que se refere à feira de S. Pedro, até porque tem informação que os divertimentos estão a ser problemáticos.-----

-----Relativamente aos trabalhadores agrícolas, e sendo comum que quando as coisas se compliquem surjam surtos, inquiriu se houve alterações nas condições de habitabilidade destas comunidades.-----

-----Questionou ainda se neste aumento de casos é conhecido o tipo de transmissão.-----

-----Também felicitando a presidente de Câmara o *deputado municipal João Pedro Gomes* anunciou que algumas das questões que tinha entroncam nas que já foram colocadas. -----

-----Assim, indagou em termos de percentagem o número de torrienses vacinados com uma e duas doses e quem recusou, que medidas estão a ser tomadas e ainda se conseguem fazer o *link* epidemiológico das infeções. -----

-----Para responder às questões foi dada a palavra à *presidente da Câmara*, que relativamente à incidência de casos no concelho e como vinham a verificar nos últimos dias Torres Vedras entrou no grupo de risco elevado sendo o mais significativo e que levará a uma redução nos horários, mais concretamente à redução dos horários da restauração e bebidas, até às 22.30h, recolher obrigatório às 23.00h, espetáculos culturais às 22.30h e comércio, retalho e prestação de serviços às 21.00h, e ainda desporto sem público, proibição de ginásios, loja do cidadão por marcação (o que mantiveram no concelho).-----

-----No tocante à feira, vão proceder a alterações que entrarão em vigor a partir do dia seguinte de manhã e será emitido um comunicado com as novas normas depois da saída da Resolução do Conselho de Ministros, adiantando desde já que os divertimentos serão encerrados, o encerramento da feira deverá ocorrer às 21.00h e estão a equacionar adiantar a abertura para uma hora antes. --

-----No que concerne à vacinação no concelho informou que 45.166 pessoas têm a 1.ª dose e 26.884 a vacinação completa. Nesta altura tem havido pouca recusa mesmo nos mais jovens e quanto às cadeias de transmissões e segundo informação do delegado de saúde, ocorrem nas refeições e convívios entre familiares e amigos sem máscara. -----

-----Abordando a questão dos migrantes anunciou que há a possibilidade de vacinar estas comunidades, tendo a autarquia feito uma proposta nesse sentido ao ACES Oeste Sul que foi aceite pela *task force*, e deverá ocorrer em cada empresa, o que poderá ajudar a obviar bastante o surgimento de surtos, apesar de nesta altura não serem um *cluster* significativo. -----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* disse ter tido conhecimento que 10 nadadores salvadores estão infetados, questionando qual o ponto de situação uma vez que assim as praias não podem abrir e a situação pode complicar-se nos próximos dias. -----

-----O presidente de junta da *União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho*, atendendo à matéria em questão, aproveitou para endereçar um elogio e agradecimento a todos os profissionais de saúde que têm participado no Posto de Vacinação Contra a COVID-19 de Torres Vedras a funcionar no Pavilhão Multiusos da Expotorres, a todos os funcionários que sem ser essa a sua vocação se adaptaram exercendo 7 dias por semana, assim como às juntas de freguesia que têm colaborado, disponibilizando funcionários, tendo alguns presidentes de junta sempre que possível colaborado no processo e assegurando o seu bom funcionamento.-----

-----Ainda sobre a vacinação o *presidente da Mesa* questionou a razão de os outros centros de vacinação anunciados para o concelho estarem encerrados alguns dias. -----

-----A *presidente da Câmara* sublinhou e agradeceu as palavras do presidente de junta da *União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho*, um exemplo muito bom de um dos que tem contribuído para o bom funcionamento do posto de vacinação assim como sobre o trabalho abnegado, exímio e colaborativo de todos os funcionários, proteção civil e inclusive dos presidentes de junta que se adaptaram neste voluntariado tão necessário. -----

-----No que se refere aos centros de vacinação de fora da cidade, informou que funcionam alternadamente por um lado porque a equipa é a mesma e roda pelos 3 espaços, e por outro face ao número de vacinas disponibilizadas, não se mostrou necessário funcionar de outro modo. -----

-----Sobre a questão dos nadadores salvadores, esclareceu que não serão 10, mas 6, estando alguns em isolamento porque habitavam todos juntos, tendo trazido um problema gravíssimo que tentaram debelar distribuindo os restantes pelas praias com mais frequência, porque há falta de nadadores e não há a quem recorrer. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - P. N.º 8/AM/2021 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES – CONTINUAÇÃO: -----

-----O presidente da Mesa disse que tinham sido rececionados três moções que a mesa passaria a apresentar sem prejuízo de uma breve introdução pelos proponentes.-----

MOÇÃO - “POR UMA POLÍTICA COMUM MAIS JUSTA PARA TODOS OS TERRITÓRIOS E AGRICULTORES E MAIS ÚTIL PARA TODA A SOCIEDADE”:-----

-----“Têm sido muitas as manifestações de descontentamento sobre a Política Agrícola Comum

(PAC) em Portugal com especial incidência sobre as desigualdades que promove. Cerca de 40% das explorações agrícolas e 17% da Superfície Agrícola Útil (SAU) do país não beneficiam de quaisquer subsídios da PAC aos agricultores. -----

-----A Região Oeste, que inclui vários concelhos do distrito de Lisboa, entre os quais, o Concelho de Torres Vedras e a parte sul do distrito de Leiria, é a região do país com mais agricultores excluídos da PAC, com cobertura de apenas 17% das explorações agrícolas e 30% da SAU.-----

-----Como é do conhecimento público, o Governo está neste momento a preparar o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) que conduzirá a aplicação destes apoios públicos até 2027.-----

-----No quadro que encerrou em 2020, as medidas florestais representaram apenas 6% da despesa pública da PAC. A nossa região combina uma paisagem dominada por Eucalipto e Hortifruticultura, com a mais reduzida cobertura do território pelos subsídios da PAC.-----

-----Esta região recebe 10 vezes menos subsídios da PAC por trabalhador agrícola do que o Alentejo, situação que só é possível porque mais de metade dos apoios são atribuídos apenas em função da área. E também porque o emprego não é tido em consideração. Esta situação beneficia as grandes explorações agrícolas, sobretudo, a sul do Tejo, e prejudica a generalidade das pequenas explorações agrícolas, com especial incidência no centro e norte do país. -----

-----Em conclusão, com uma previsão aproximada de 10 mil milhões de euros em dinheiros públicos para aplicar até 2027, a PAC poderá ser uma ferramenta determinante para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental dos territórios rurais, em especial para a agenda da mitigação e adaptação às alterações climáticas, em que a próxima década será decisiva. -----

-----O país precisa de um Programa de Transição Ecológica Agroflorestal que possibilite reduzir o consumo de fatores de produção (adubos, pesticidas, etc.), diminuindo a pegada ambiental e salvaguardando a biodiversidade.-----

-----Para fazer este caminho é também urgente promover paisagens heterogéneas que acolham diversos usos agroflorestais, contrariando a ocupação monocultural das terras, pois ela reduz a biodiversidade e aumenta a vulnerabilidade a fatores bióticos (pragas, doenças e outros riscos) e abióticos (incêndios, secas e outros eventos extremos). -----

-----Finalmente, para assegurar essa transição, em benefício de toda a sociedade e da melhoria sustentável dos rendimentos dos produtores, é indispensável incorporar muito mais conhecimento científico em todas as tipologias de explorações agroflorestais. Para o fazer, o ministério da agricultura tem de dispor de recursos humanos mais qualificados e motivados, invertendo a trajetória de degradação que tem sofrido e a capacitação técnica das associações e organizações de produtores tem também de ser continuamente melhorada.-----

-----Exige-se assim uma grande mudança na aplicação da PAC para responder ao interesse público.

É preciso que a transposição da nova PAC para o território nacional garanta a todos os territórios e a todos os agricultores um apoio justo, reconhecendo a diversidade natural e socioeconómica do país e o papel essencial das agriculturas familiares na sustentabilidade económica, social e ambiental dos territórios mais vulneráveis, e em particular na prevenção de incêndios. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 1 de julho de 2021, delibera:-----

-----1. Enviar a presente Moção à Ministra da Agricultura, ao Ministro do Ambiente e Ação Climática e à Ministra da Coesão Territorial, apelando a que o Plano Estratégico da PAC 23-27 tenha em conta as seguintes necessidades:-----

-----a.A transposição da nova PAC, o lançamento e a gestão das suas medidas devem ser realizados com base em Diagnósticos Regionais – elaborados de forma participativa, com o envolvimento continuado das autarquias e outros atores locais – que identifiquem necessidades concretas e prioridades de intervenção com o objetivo de promover a equidade territorial e social, um uso socialmente útil dos recursos públicos, e o acesso de todos os agricultores aos apoios concedidos;-----

-----b.Entre os critérios de repartição da despesa pública da PAC sejam considerados como fatores determinantes o emprego familiar e as condições do trabalho assalariado;-----

-----c.A PAC, em coerência e coordenação com todas as políticas com incidência no território, como previsto no Programa Nacional do Ordenamento do Território (PNPOT) e no Portugal 2030, deve ser impulsionadora da transição ecológica agroflorestal;-----

-----d.A resposta às alterações climáticas exige uma grande capacidade de incorporação de conhecimento técnico-científico e o Ministério da Agricultura e Mar, assim como o Ministério do Ambiente e da Ação Climática devem ser fortemente dotados de meios humanos e tecnológicos de forma a capacitar agricultores, produtores florestais e organizações representativas ao nível da prevenção de incêndios, da gestão e conservação de solos, biodiversidade e recursos hídricos;----

-----e.As medidas agroambientais devem ter metas concretas associadas de carácter progressivo, cujo cumprimento seja efetivamente monitorizado, condicionando o valor e a continuidade dos apoios e incentivando a melhoria de eficácia e eficiência dessas medidas;-----

-----f. Áreas agrícolas não cultivadas e sem qualquer prestação de serviço ambiental contabilizado e monitorizado não devem ser beneficiadas por apoios públicos.-----

-----2. Enviar a Presente moção à Comunidade Intermunicipal do Oeste, apelando a que a mesma tome diligências no mesmo sentido.-----

-----O deputado municipal eleito pelo Bloco de Esquerda, João Rodrigues.”-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* desde logo assinalou que se trata de matéria não específica do concelho do ponto de vista territorial, mas manifestou a solidariedade e a preocupação do Grupo Municipal do PS com algumas das considerações que grassam ao longo do texto, dando

nota ainda que já foi aprovado no Parlamento Europeu em Bruxelas um acordo sobre a política agrícola comum que virá mexer com a base matricial da anterior, visando responder a esta e outras questões para aproximar mais das pessoas que realmente precisam e não dos grandes interesses.

----- Pensa que devem generalizar os apoios aos países mais pobres, sendo nesses considerandos que encontram alguma razoabilidade e vão votar a favor. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** concordou com o colega que o antecedeu quanto a se tratar de uma moção de cariz nacional, que não é feita pelo Bloco de Esquerda para Torres Vedras e deverá estar a ser apresentada pelo do Bloco de Esquerda em muitas Assembleias Municipais do país.-----

-----Prosseguiu indicando que o Grupo Municipal do CDS também se revê em muitos dos considerandos, contudo quando diz que é a região Oeste um dos pontos do país com mais agricultores excluídos da PAC, em que apenas 17% das explorações agrícolas e 30% da SAU (Superfície Agrícola Útil) beneficiam destes apoios, não percebem quando não pedem na moção meios técnicos e tecnológicos para capacitar agricultores, ou seja, ir mais além habilitando-os para fazerem os seus projetos e ter acessos aos fundos, razão pela qual se vão abster. -----

-----A *deputada municipal* **Rita Sammer** disse que o colega Pedro Castelo esgotou a sua intervenção, e, não obstante subscreverem as preocupações da moção, a mesma não é referente particularmente a Torres Vedras, carecia de outros dados e outras propostas, pelo que o Grupo Municipal do PSD também se vai abster.-----

-----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria de 28 votos a favor e 8 abstenções, a moção em título. -----

-----Anota-se que se abstiveram Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, Rita Sammer, Luis Carlos Lopes, Ana Fiéis, Secundino Oliveira, Pedro Bernardes e Pedro Vaza e estavam ausentes da sala João Pedro Gomes, Marta Geraldês e Nuno Henriques. -----

MOÇÃO - CUIDADOS DE SAÚDE NO OESTE: -----

-----“A atual pandemia de Covid19 veio por a nu os sérios e graves problemas que a nível da saúde o nosso concelho enfrenta. -----

-----O desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e o favorecimento das unidades de saúde privadas a que temos vindo a assistir reflete-se atualmente nos seguintes aspetos:-----

-----Carência absoluta de médicos de família que cubram as necessidades da generalidade da nossa população,-----

-----Carência de profissionais (Médicos, enfermeiros e técnicos de saúde) que consigam responder de forma eficaz, e sem sacrifícios extremos dos profissionais de saúde em causa, quer às necessidades de assistência quer às necessidades de profilaxia, nomeadamente de vacinação,-----

-----Incapacidade de abertura de postos de atendimento em freguesias e locais que se revelam de extrema necessidade,-----

-----Falta de capacidade de resposta especializada e atempada por parte do nosso Hospital Distrital às necessidades dos utentes.-----

-----A permanente indecisão quanto à localização/construção do novo Hospital do Oeste prenuncia claramente uma degradação futura ainda maior dos cuidados de saúde a que o nosso concelho e a nossa região têm direito.-----

-----Tendo presente as questões enunciadas a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário a 1 de julho de 2021 decide:-----

-----1.Mandatar a Câmara Municipal para junto do Ministério da Saúde e demais entidades atinentes efetuar todas as démarches necessárias para que sejam contratados os profissionais de saúde necessários à efetiva prestação dos cuidados de saúde a toda a população, sem limitações, designadamente através da integral cobertura de médicos de família, do reforço do pessoal de enfermagem e restantes técnicos de molde a garantir que estes prestam os necessários cuidados sem recurso a desmesurados e inusitados sacrifícios em termos dos períodos do justo descanso a que têm direito.-----

-----2.Exigir junto das entidades competentes uma rápida e urgente decisão sobre a localização e imediata abertura dos necessários procedimentos para a construção do novo Hospital do Oeste.---

-----Os deputados municipais do Partido Comunista Português.”-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o **presidente da mesa** lembrou que tem sido ao longo dos anos uma batalha desta Assembleia, infelizmente com poucos resultados. Quem advoga que são necessários mais médicos, tem razão, há carência de profissionais de saúde, e ainda há bem pouco tempo o Concelho das Escolas Médicas disse que não havia carência e que se o governo queria propor um aumento dos *números clausus* em medicina, estava a concorrer para que houvesse desemprego, ou que os médicos tivessem de emigrar.-----

-----Não percebe este acirrado movimento corporativo, que agora já não é só da Ordem dos Médicos, é também do Conselho das Escolas Médicas, lamentando esta posição porque não foi para a prevalência deste espírito que o 25 de abril se fez e não sabe se neste domínio do corporativismo não regrediram.-----

-----O deputado municipal **Pedro Castelo** anunciou que o Grupo Municipal do CDS iria votar a favor sem reservas, pois é verdade como dito na moção que em 4 anos nada fizeram ou fizeram muito pouco e também na OesteCIM não se conseguiu tomar uma decisão sobre uma futura localização do Novo Hospital do Oeste e para além disso, recentemente alguém “saltou fora” para que nada se fizesse.-----

-----Lamentou que, a única coisa que dependia dos cidadãos, habitantes e moradores do concelho,

e que a força partidária que lidera trouxe à Assembleia Municipal sob a forma de proposta de regulamento que promovia incentivos para atração de médicos de família, foi duas vezes chumbada, pelo PS, desafiando a líder do PSD no sentido de a trazer uma terceira vez à Assembleia Municipal este mandato para o PS possa emendar a mão votando a favor, assim como dar ao presidente da Assembleia uma derradeira possibilidade de votar do lado do CDS e de poder fazer tudo o que estava ao seu alcance.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* assinalou que o grupo Municipal do PSD também irá votar a favor enaltecendo a forma objetiva como a moção está redigida, e tendo em conta que é tudo verdade, o que os deve preocupar.-----

-----Deu nota que esta Assembleia Municipal constituiu uma comissão de saúde no início do mandato, que está a terminar, mas não se afigura previsível que até ao final de setembro possa haver novidades em relação a esta matéria.-----

-----Deu nota ainda que quando se propôs a elaboração de um regulamento de incentivos para fixação dos médicos, foi dito e repetido pelo PS que o problema consistia na não abertura de vagas, e que se abrissem o assunto ficaria resolvido, mas as vagas abrem e de nada serve, e assim a situação hoje no concelho não é melhor do que quando abraçaram esta causa.-----

-----No seu entender o regulamento de incentivos não pode ser só para médicos de família, têm que ser mais arrojados, até porque esta questão foi abordada muitas vezes e agora há que fazer com que as pessoas assumam as suas responsabilidades. Para além de tudo isto no dia anterior, na reunião da Intermunicipal do Oeste perceberam o embuste que vai ser aquele estudo que não vai dar em nada, recordando que foi assinado um acordo com um objeto claro entre 3 entidades, para definir a localização do Novo Hospital do Oeste, que de repente vai para a “gaveta” e aparece outro com o objeto e os objetivos alterados.-----

-----Assim, gostaria de saber quem foram os autores desta decisão, que foi votada no conselho da OesteCIM, e quem fez pressão para ter surgido um outro estudo com alterações significativas intitulado, “Futuro da política de saúde do Oeste”, que visa encontrar as “melhores localizações”.--

-----Nesta sequência disse que na citada reunião teve a confirmação que aquele estudo vai servir para nada e vão surgir várias hipóteses sobre as quais o conselho vai votar e enviar para o governo, ou seja despendem 4 anos para nada.-----

-----Na sua opinião, que já tinha expressado anteriormente à comissão de saúde, deviam recusar e sair deste processo, que considera uma palhaçada e de imediato dar conhecimento à ministra da saúde a exigir que assumam a sua responsabilidade e chame a si a resolução do problema, tal como a ministra disse quando foi abordada inicialmente.-----

-----Reforçou que o mandato acaba, mas o preocupante não é que não se resolva, o preocupante é que o Ministério da Saúde fica descansado porque no Oeste não se entendem, e assim vai gastar o

dinheiro noutros locais.-----

----Reafirmou que esta moção é absolutamente pertinente e cabe a esta Assembleia Municipal antes do final do mandato tomar uma decisão de fundo em relação ao estudo e ao Novo Hospital do Oeste. -----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* interveio no sentido de subscrever na totalidade as palavras da colega que o antecedeu, pois quando não se quer resolver os problemas criam-se grupos de trabalhos sendo nessa situação que estão, com a qual o Ministério da Saúde esfrega as mãos de contente, e que faz com que Torres Vedras e zona envolvente continue à mingua de cuidados de saúde decentes e dignos. -----

----Quanto à moção em si, com algumas reticências quanto à forma uma vez que não pode a Assembleia Municipal mandar a Câmara, o Grupo Municipal do PS vai votar a favor. -----

----Por sua vez e abordando a intervenção da colega Rita Sammer, o *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que convinha contar os factos todos, e relativamente à alusão aos 4 anos fez notar que foram os primeiros 4 anos em que se ouviu falar pela primeira vez de um novo hospital do Oeste com alguma consistência e se até aqui eram palavras, hoje já existe alguma coisa que começa a mexer. -----

----Fez notar ainda que a Comissão de Saúde da Assembleia Intermunicipal do Oeste elaborou um relatório com a radiografia da saúde no Oeste para todas as Assembleia Municipais que fazem parte, que foi o ponto de partida para iniciar o processo. Também Torres Vedras marcou posição ao celebrar um protocolo com o CHO e a ARSLVT para assegurar o melhoramento e manutenção dos equipamentos existentes e ao contrário do que foi dito, a OesteCIM está empenhada em realizar um estudo, que continua a ter estas três entidades da sua génese envolvidas.-----

----Também disse ser verdade que este estudo não tem o mesmo objeto do primeiro protocolado, mas para além desse ainda tem mais objetivos, é mais amplo, e para além da localização pretende-se identificar a dimensão, as valências ou seja dar consistência à necessidade de existência de um hospital no Oeste. -----

----Disse ainda que no dia anterior na reunião já citada pela colega questionou relativamente às declarações do presidente da Câmara de Caldas da Rainha, tendo-lhe sido respondido que este edil não votou contra o concurso público, nem nenhum dos autarcas que integram o concelho e ainda que o estudo não está prejudicado ou condicionado pelas palavras desse autarca, porque as votações não são por unanimidade, podem ser por maioria e assim as suas conclusões irão ter consequências. -----

----Confirmou que em última análise pertence ao Ministério da Saúde a escolha da localização do NHO, mas se for com base num estudo e apoiado na votação da OesteCIM terá mais força, e será a mais consentânea possível com o resultado deste estudo. -----

-----Reafirmou que foi nestes últimos 4 anos que mais se fez por um Novo Hospital no Oeste e se calhar foi pouco mas era preciso começar e assim não vê a razão da contestação ao estudo nem uma razão objetiva para Torres Vedras não participar e sair do processo.-----

-----Também para se pronunciar sobre o assunto do Novo Hospital do Oeste o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* salientou as posições diversas do PS, uma equilibrada do deputado Jacinto Leandro e outra de seguidismo ao governo do deputado Rui Prudêncio, a justificar o injustificável, quando de facto não estão melhor, mas pior do que há 4 anos atrás, porque passados estes anos nada têm.-----

-----Acrescentou que também viu as declarações do edil de Caldas da Rainha, militante do seu partido, mas com as quais está contra, achando que esta posição vai limitar uma decisão sobre a localização nos próximos tempos.-----

-----No seu entender Torres Vedras tem que defender um hospital num local digno e correto para o seu território, não necessariamente no concelho de Torres Vedras, mas perto, decisão que remete para o Ministério da Saúde, já que Torres Vedras e Caldas da Rainha não se entendem e entre estes dois municípios não vai haver resolução nenhuma.-----

-----Acha que a uma só voz, interpartidária, têm de defender a melhor solução para o território manifestando-se contente com a posição equilibrada assumida pelo líder da bancada do PS, pois não vale a pena andarem com rodeios e a empatar porque vão passar muitos mais anos sem terem um NHO, quando as condições existentes são paupérrimas, e só funcionam por causa dos excelentes profissionais que têm.-----

-----Também o *deputado municipal António Carneiro*, pediu a palavra para reafirmar o que já disse na sessão anterior, ou seja, quem vai ficar satisfeito é o Ministro das Finanças e o facto de o estudo encontrar “as melhores soluções” não serve para nada, já que terá de ir a votos e será nisso que o ministério se vai focar.-----

-----Em causa está toda a população do Oeste, pensando que este estudo é um disparate que lhes vai custar muito caro.-----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* considerou ser salutar haver diferenças nalgumas soluções, mas no caso vertente não há e não há ninguém neste plenário que lhe possa apontar que não tenha lutado para ter um Novo Hospital do Oeste, sempre na linha da frente sem seguidismos, com o interesse de todos os concidadãos em mente.-----

-----Efetivamente o estudo fala em “localizações”, mas não é garantido nem necessário que seja objeto de votação na OesteCIM, tendo sido dito que se necessário será votado, defendendo que que haver “localizações” facilitará a decisão do governo, sendo desta forma que vê o estudo e sendo assim que se começa a construção seja do que for.-----

-----Em resposta a *deputada municipal Rita Sammer* disse que também esteve na reunião,

reafirmando que o objeto do estudo alterou-se, sendo agora chegar “às melhores localizações”, e sobre o mesmo o presidente da mesa da OesteCIM disse que quando o estudo vier votam, se por unanimidade tanto melhor, e depois enviam para o Ministério da Saúde, quando ainda nem conseguiram adjudicá-lo no presente mandato. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* aproveitou a ocasião para saudar o novo vereador, pois por lapso não o fez anteriormente, e sobre a moção em discussão alertou que não têm hospital no Oeste e não terão tão cedo e não sabe se o terão algum dia porque Torres Vedras e Caldas da Rainha teimam em não se entender, nem os dois partidos em ambos os concelhos. -----

-----Defende que o governo tem que decidir a construção e a localização por critérios técnicos socorrendo-se de um organismo público insuspeito, ou de um consultor privado igualmente insuspeito, auscultando os municípios para depois calibrar a decisão, que tem que vir de cima para baixo, senão andam a gastar dinheiro e a brincar. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* salientou que o que está errado não é estudar várias localizações, não vendo inconveniente no facto, mas não concorda com uma votação regional. Não concorda com o debate e votação interna na OesteCIM e depois entregar ao governo para decidir.

-----A encerrar esta discussão, *o presidente da Mesa* disse que não se percebe como surgiu este estudo e qual o seu propósito, porque houve uma inversão do qual nunca tiveram conhecimento, o que é mau quando não se usa de transparência em questões tão relevantes como esta. -----

-----Saudou a moção do PCP que servirá de reflexão para todos. -----

-----A concluir a discussão deste assunto a *presidente da Câmara* deu nota que falou com o presidente da ARSLVT sobre os médicos de família e nessa senda ainda hoje tinha oficiado o secretário de estado da saúde, na medida que faz parte das suas preocupações diárias, não são exclusivas dos deputados da Assembleia Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a moção em título. -----

MOÇÃO – POLUIÇÃO E FALTA DE ORDENAMENTO DO RIO ALCABRICHEL: -----

-----“Considerando que: -----

-----O Rio Alcabrichel nasce na Serra de Montejunto e tem o seu curso pelas freguesias de Vila Verde dos Francos, no concelho de Alenquer, e de Maxial, Ramalhal, A-dos-Cunhados e Maceira, no concelho de Torres Vedras, desaguando na localidade de Porto Novo. -----

-----São muito antigos os problemas relativos à poluição e falta de ordenamento deste rio, prejudicando o ambiente e desaproveitando as suas potencialidades. -----

-----Considerando: -----

-----Que se continuam a manifestar graves problemas ambientais e de ordenamento, que precisam de resolução urgente, com a articulação entre a autarquia e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), entidade responsável pelo ordenamento dos rios; -----

-----Que continuam a verificar-se descargas poluentes ao longo do curso do rio, designadamente descargas de proveniência industrial nas localidades de Abrunheira e Ramalhal, ocasionais descargas de barro provenientes de cerâmicas, e ainda descargas oriundas de pecuárias, em vários pontos; -----

-----A construção indevida de diques no leito do rio, inclusivamente com sistemas de bombagem ruidosos, como acontece junto a Porto Rio (Maceira); -----

-----A profusão de plásticos nas margens do rio, depositados indevidamente por explorações agrícolas, nomeadamente de estufas desativadas ou danificadas; -----

-----O desordenamento das margens, em alguns troços sem qualquer tratamento há anos (mais a montante), e noutros casos com corte total da vegetação (junto à foz), impedindo o repovoamento de ruivacos do Oeste, espécie autóctone que precisa de sombra para se desenvolver; -----

-----Que a construção da ponte na foz do Alcabrichel, em 2001, não foi devidamente acompanhada pela remoção total dos destroços da antiga ponte, que continuam submergidos junto à foz; -----

-----Que continua a haver descarga direta para o mar, sem qualquer tratamento, de todos os resíduos do Hotel Golf Mar, com mais de 200 quartos, quando a unidade hoteleira se encontra a uma escassa distância de uma estação elevatória que permitiria o seu tratamento em ETAR; -----

-----Que projetos interessantes, como a reintrodução da espécie autóctone (e única no mundo) dos “ruivacos do Oeste”, ficam comprometidos nos seus resultados pela poluição que se regista no rio, impedindo o desenvolvimento da espécie após a sua introdução; -----

-----Que além dos ruivacos não sobreviverem, são recorrentes as situações de peixes mortos devido à poluição, como aconteceu, por exemplo, no dia 16 de junho, com dezenas de carpas encontradas mortas nas margens do rio; -----

-----A falta de capacidade do estuário, que não deixa de estar associada à acumulação de destroços e que tem levado a frequentes cheias junto à foz, cheias estas que inundam os terrenos adjacentes e obrigando ao corte de estrada, trazem graves prejuízos para as populações e para o desenvolvimento turístico. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário no dia 1 de julho de 2021 decide:

-----1.Mandatar a Câmara Municipal para no âmbito das suas competências intervir o mais urgentemente possível no sentido proceder à limpeza, desobstrução e despoluição do Rio Alcabrichel. -----

-----2.Exigir que a Câmara Municipal tome as necessárias medidas no sentido de impedir a continuação da construção e laboração de bombagens existentes, quiçá ilegais, que impeçam o livre curso do Rio Alcabrichel. -----

-----3.Mandatar a Câmara Municipal para junto das entidades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente punir e proibir a continuação de descargas poluentes por parte

das indústrias existentes nas suas margens.-----

-----Os deputados municipais do Partido Comunista Português.”-----

-----Pedeu a palavra o *presidente de junta da Freguesia do Ramalhal, **António Espírito Santo*** para falar deste assunto, atento o facto de a freguesia que preside ser banhada pelo Rio Alcabrichel que teve e tem problemas de poluição, mas não como estão relatados, sendo esta uma área que fiscaliza e atua com bastante frequência.-----

-----Nesta sequência e relativamente ao considerando que refere que se continuam a verificar descargas ao longo do curso do rio de proveniência industrial nas localidades de Abrunheira e Ramalhal, assegurou que há mais de um ano que não tem conhecimento das mesmas, pois sendo um frequentador assíduo destas margens para verificar o seu caudal, sabe que o rio está limpo. ---

-----Quanto às descargas ocasionais de barro provenientes de cerâmicas, explicou que há pouco tempo verificou-se uma ocorrência desta natureza proveniente de uma cerâmica que despejou água barrenta num afluente tendo sido ele que alertou a GNR da fonte poluidora.-----

-----No tocante a descargas das pecuárias, assinalou que acontecem de vez em quando, mas não de qualquer maneira, concordando que têm de estar atentos, pois os proprietários aproveitam para dissimular a descargas quando os caudais são mais volumosos nomeadamente no inverno, mas a GNR tem feito uma fiscalização eficaz e mantido a situação em ordem.-----

-----Quanto à construção indevida de diques no leito do rio, confirmou que de facto acontece com pequenos agricultores, mas também devido a uma associação “Alcabrirega” (Associação de Rega do Vale do Alcabrichel) com sede em A-dos-Cunhados que está a tentar usar as águas para uma agricultura mais intensiva mas o rio não tem caudais que o permita.-----

-----Reconhece que há um desordenamento das margens onde os pequenos agricultores também têm culpa, na medida em que antigamente cortavam as canas e as árvores e utilizavam-nas, mas atualmente fazem esse trabalho com máquinas, deixando as canas e os troncos no rio.-----

-----De qualquer forma, pela importância da matéria na qual se revê irá votar a favor.-----

-----O *deputado municipal **Pedro Castelo***, relativamente às palavras do autarca de que não há descargas, questionou se não sentiu na terça-feira passada o cheiro nauseabundo no Ramalhal e no Ameal, ocorrência que foi muito comentada pela população, e se não foi proveniente de uma descarga então de que foi.-----

-----Questionou também se a autarquia tem conhecimento que os resíduos do Hotel Golf Mar vão diretamente para o mar quando existe uma ETAR relativamente perto.-----

-----O *deputado municipal **Jacinto Leandro*** defendeu que apesar de todas as preocupações e do acompanhamento que a Câmara Municipal tem devotado a estas questões, não deixa de ser verdade que ainda existem alguns acontecimentos esporádicos embora não com a envolvimento plasmada na moção em discussão, mas é um alerta, pelo que o Grupo Municipal do PS em sintonia

com as preocupações vai votar a favor. -----

----A **presidente da Câmara** disse que o reportado pelo deputado Pedro Castelo não é algo de que tenha conhecimento factual, sabendo, no entanto que já houve descargas do Hotel Golf Mar diretamente para o mar, mas desconhece se a situação se mantém pelo que irá averiguar dado que todas as questões abordadas na moção são preocupações de todos. -----

----Concluídas as intervenções passou-se à votação: -----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a moção em título. -----

----Anota-se que se abstiveram Rita Sammer, Luis Carlos Lopes e Secundino Oliveira. -----

----No seguimento da sua abstenção pediu a palavra a *deputada municipal Rita Sammer*, defendendo que vem no sentido de não se desligarem do problema, mas porque a ser verdade o conteúdo da moção deveria motivar uma fiscalização séria e um relatório a esta Assembleia Municipal.-----

----O **presidente da Mesa** sugeriu que em setembro pudesse ser feito à Assembleia Municipal o ponto de situação, tendo a presidente da Câmara tomado a devida nota. -----

----Ainda sobre esta matéria a *deputada municipal Paula Mota* esclareceu que se tentou informar junto dos SMAS e sabe que o Hotel Golf Mar não está ligado à rede, mas a uma pequena ETAR na arriba, que nem sempre está a funcionar. -----

9 - P. N.º 36/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA SILVEIRA (ATÉ € 6.000.000,00) E VIAS ENVOLVENTES (ATÉ € 1.100.000,00), ATÉ AO MONTANTE TOTAL DE € 7.100.000,00: -----

----Presente ofício número 3888, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14/06/2021 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada pelo executivo em sua reunião de 31/05/2021 foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento das obras em título, até ao montante de € 7.100.000,00. Tendo presentes que as propostas recebidas cumprem os requisitos solicitados, o Executivo em sua reunião de 14/06/2021, deliberou selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, dado ser a entidade que apresenta o spread mais baixo e assim remetem para a devida autorização o processo instruído de acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, bem como o n.º 5, do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09 (RFAL) uma vez que as despesas de investimento previstas para 2021 ascendem a € 19.304.208,00, tendo em conta o estabelecido no n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, na sua atual redação, terá que ser submetido, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

----A **presidente da Câmara** disse que se trata de um projeto que já está em carteira há algum

tempo e vai agora avançar. -----

----A *deputada municipal Marta Gerald*es interveio para parabenizar a Câmara Municipal pelo avanço desta longa jornada, construindo mais uma escola, com a qual a população ficará mais feliz.

----Não se registaram mais intervenções votando-se de seguida:-----

----A Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea f), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013 ambas na sua atual redação, deliberou, por unanimidade autorizar a contratação do empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, dado ser a entidade que apresenta o spread mais baixo.-----

10 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----

10.1 - P. N.º 37/CM/2021 - EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS, ATÉ AO MONTANTE DE € 361.646,18:-----

----Presente ofício número 3768 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8/06/2021 a informar que na sequência da autorização pela assembleia municipal, em 29/04/2021, da contratação do empréstimo em título, pelo prazo de 20 anos, incluindo até 16 meses de período de carência de capital, com a instituição financeira Banco BPI, com a taxa de juro indexada a Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,6%, prestações trimestrais com amortizações iguais e sucessivas de capital e isenção de todas as taxas, a câmara municipal, em sua reunião de 31/05/2021 aprovou o contrato e o respetivo plano financeiro relativo ao citado, que submetem para a devida autorização, tendo em conta que o Município de Torres Vedras está, à data de hoje, e de acordo com o art.º 111.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (Lei n.º 75-B/2020, de 31/12) sujeito à aplicação da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06) e que, de acordo com estes diplomas, cabe à Assembleia Municipal a aprovação dos compromissos plurianuais.-----

----Sendo a documentação disponibilizada suficiente para análise do assunto, o presidente da mesa deu a palavra à *deputada municipal Marta Gerald*es que se mostrou satisfeita no sentido desta autorização plurianual relativo ao empréstimo para construção de residências universitárias ser essencial para o concelho, tendo em vista a atração de jovens mas como o ensino superior em Torres Vedras deverá avançar antes das mesmas estarem prontas, questionou se existe algum prazo de execução desta obra.-----

----**A presidente da Câmara** informou que as previsões são de 365 e 455 dias.-----

----O presidente da mesa disse que passariam à votação, não havendo mais intervenções.-----

----Assembleia Municipal para os efeitos previstos alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02), deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 1 abstenção autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da

reabilitação de edifícios destinados a Residências Universitárias, até ao montante de € 361.646,18, de acordo com o plano financeiro apresentado que faz parte integrante do processo. -----

-----Anota-se que se absteve João Rodrigues. -----

10.2 - P. N.º 38/CM/2021 - EMPREITADAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO - PROLONGAMENTOS DAS REDES DE ÁGUA E DAS REDES DE SANEAMENTO DO CONCELHO: -----

-----Presente ofício número 3861, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/06/2021, a remeter para efeitos de autorização de assunção de compromissos plurianuais, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 08/06/2021, informações relativas aos processos abaixo identificados, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado: Empreitada – Prolongamentos das Redes de Água no Concelho - € 123.000,00+IVA: Ano de 2021 - € 9.433,00+IV - Ano de 2022 - € 113.567,00+IV e Empreitada – Prolongamentos das Redes de Saneamento do Concelho - € 134,000,00+IVA - Ano de 2021 - € 9.433,00+IVA - Ano de 2022 - € 124,567,00+IVA. -----

-----Foi dispensada a apresentação do assunto, uma vez que os documentos que o instruem são suficientemente elucidativos. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da LCPA, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais da Empreitada – Prolongamentos das Redes de Água no Concelho - € 123.000,00+IVA: Ano de 2021 - € 9.433,00+IVA - Ano de 2022 - € 113.567,00+IVA e Empreitada – Prolongamentos das Redes de Saneamento do Concelho - € 134,000,00+IVA - Ano de 2021 - € 9.433,00+IVA - Ano de 2022 - € 124,567,00+IVA. -----

11 - P. N.º 39/CM/2021 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA: -----

-----Presente ofício número 3858 de Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14/06/2021, a propor de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 08/06/2021, que a assembleia municipal autorize a desafetação do domínio público municipal, de forma a permitir a permuta com o promotor do loteamento 2/2020, num total de 949,94m2, distribuídos da seguinte forma: Cedência da parcela de terreno do Município identificado com a letra A e recebimento da parcela de terreno identificado com a letra A', que provém do artigo 86 secção MM, freguesia de União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira cada uma com uma área de 271,92m2 e cedência da parcela de terreno do Município identificada com a letra B e recebimento da parcela de terreno, identificada com

a letra B, que provém do artigo 87 secção MM, freguesia de União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, cada uma com a área de 678,02 m2.-----

-----Para se concretizar a cedência acima mencionada, torna-se necessário a criação de artigo matricial urbano, por desafetação do domínio público, com a área de 271,92m2 e de 678,02m2, respetivamente, estando as parcelas avaliadas em € 70.895,70. -----

-----O **presidente da Mesa** disse que estavam na posse de documentos elucidativos que justificavam a proposta da Câmara Municipal e uma vez que o plenário se mostrou esclarecido, passou-se à votação:-----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 3 abstenções autorizar a desafetação das parcelas acima identificada. -----

-----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues, Paula Mota e João Paulo Lourenço -----

13 - P. N.º 15/AM/2021 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

-----Presente informação em título datada de 21/06/2021, reportada ao período entre a 22/04/2021 a 21/06/2021 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 4.467.366,84 e € 243.126,10 de dívidas a fornecedores.-----

-----Iniciou a discussão desta informação o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, que reportando-se ao seu ponto 8 - SMAS sugeriu que quando se fala do encaminhamento de RSU para reciclagem, era importante que fosse apresentado um quadro comparativo que lhes possibilitasse aferir a evolução ou não no concelho.-----

-----Disse ainda que uma forma que o município tem de homenagear o anterior edil é tomar boa conta da reciclagem, lembrando que já várias vezes alertou neste plenário que o município não tem sistema de recolha de pilhas condizente com a gravidade e por outro lado os recipientes de recolha de eletrodomésticos e de roupa não têm o destino desejado, porquanto são permanentemente vandalizados ou assaltados, convidando a presidente da Câmara a pensar numa forma de recolha dentro dos edifícios municipais com acesso pelo exterior.-----

-----A *deputada municipal Paula Mota* indagou se o Instituto Politécnico de Leiria vai iniciar este ano letivo nas antigas instalações dos SMAS, tendo em conta que já se vê uma tarja a anunciar, mas não se vê obra.-----

-----O *deputado municipal António Fortunato* reportando-se ao ponto 3 – desporto e atividade física, da informação em apreço, que refere a 1.ª e 2.ª Jornada do Campeonato Municipal de Atletismo de pista com 554 participantes, deu nota que à data de hoje já se realizaram 5 jornadas, a última no dia anterior, com a participação, em todas as jornadas, dos grandes clubes nacionais nesta modalidade.-----

-----Destacou ainda que o no dia anterior, o Presidente da Federação de Atletismo, na cerimónia de entrega de prémios disse que município de Torres Vedras é um exemplo a nível nacional pela qualidade e quantidade de atletas que movimenta e que traz ao seu concelho quase todas as semanas, para muitas das jornadas que são duplas, na pista Carlos Lopes, palavras que os encheram de orgulho. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraldês** deu nota que o relógio que existe na Rua Dr. Aurélio Ricardo Belo, há dois meses que não funciona. -----

-----Reportou-se à Assembleia Municipal Jovem no sentido de parabenizar todos os colegas que fizeram parte desta iniciativa, assim como o município e em especial o presidente da Assembleia Municipal, cuja sessão final se realizou online, depois do calendário ter sido atrasado por causa da COVID-19, mas que apesar de tudo correu bem, assinalando que foi o princípio de um projeto bonito que merecia a sua atenção nesta intervenção. -----

-----A *deputada Municipal* **Rita Sammer** reportou-se à intervenção do colega António Carneiro quando remete a responsabilidade do estudo para o Novo Hospital do Oeste para o Ministério da Saúde, lembrando que na reunião que tiveram com a ministra ela repetiu várias vezes isso mesmo e era assim que devia ter sido feito desde sempre pois continuam com o problema para resolver e vai continuar. -----

-----Relativamente à Rede Cultura Leiria 2027 lembrou que o conselho geral já deve ter reunido, inquirindo sobre a deliberação que daí resultou para perceber se as atividades previstas para 2021 ficam asseguradas. -----

-----Na linha da intervenção do deputado municipal Sérgio Jacinto o **presidente da Mesa** interveio no sentido de alertar que cada vez que um cidadão deita ao solo pilhas está a cometer um crime ambiental, cuja gravidade devia ser avaliada pelas autoridades competentes. Deu nota ainda que na localidade onde reside não encontra recipientes para este efeito e quando surgem são vandalizados, apelando à presidente da Câmara e aos presidentes de junta a devida atenção para o problema. -----

-----Também sobre este assunto, o *deputado municipal* **António Carneiro** deu nota que o Vereador do pelouro o informou que a Valorsul retirou os recipientes para pilhas que estavam acoplados aos Ecopontos, por estarem a ser vandalizados e que estavam à procura de alternativas. -----

-----A **presidente da Câmara** disse ter tomado em devida nota as preocupações expressas, contudo deu nota que os recipientes para recolha de roupa são pertença de várias entidades de cariz social, que depois lhes dão o devido andamento, mas são de facto as mais vandalizadas. -----

-----Deu nota ainda que existe um deficit grande por parte da Valorsul quanto aos recipientes para equipamentos elétricos e pilhas, e mesmo alguma limitação para a separação do vidro, papel e plástico, não obstante já ter sido feito um reforço significativo no verão passado, mas que ainda se

revela deficiente para as necessidades. -----

-----Acrescentou que observaram durante a pandemia uma regressão na deposição seletiva por parte dos cidadãos e para além disso um aumento de deposição de resíduos de obras por todo o concelho, assinalando o papel significativo das juntas de freguesia na minimização do problema.

-----Concordou que uma das formas para homenagearem o presidente Carlos Bernardes é trabalhar condignamente esta área, onde o ex-edil foi percursor nomeadamente na literacia da vertente ambiental, na qual o município conta com muito trabalho feito, mas no último ano parece que regrediram. Cada um tem que assumir as suas responsabilidades, pensando que será necessário avançar com mais campanhas de sensibilização mas a Valorsul também terá que melhorar a sua prestação. -----

-----No que concerne ao IPL informou que o próximo ano letivo não iniciará nas antigas instalações dos SMAS, mas no Labcenter e na antiga Clínica da Graça a título provisório, pois o projeto é mais exigente, moroso e oneroso do que pensaram inicialmente e será construído em duas fases, 1ª fase em 2022/2023 e a 2.ª fase no ano seguinte.-----

-----Agradeceu ao deputado municipal as suas palavras, no sentido de que a pista Carlos Lopes veio trazer uma nova vida e dinamizar esta modalidade, afirmando que o concelho tem uma rede muito dinâmica de clubes e existem atualmente muitos mais atletas aos quais a autarquia dá apoio.

-----Quanto ao relógio tomou a devida nota para providenciar o seu arranjo -----

-----Por último e reportando à Rede Cultura Leiria 2027, informou que se realizou hoje uma reunião à qual o município não conseguiu participar, mas que também não teve quórum e assim os documentos serão remetidos aos municípios que fazem parte da rede para análise, para serem posteriormente discutidos e votados.-----

-----O **presidente da Mesa** sugeriu que o município aproveitasse os seus edifícios para fazer a recolha de pilhas, com acesso do exterior.-----

-----A **deputada municipal Rita Sammer**, relativamente à questão dos Ecopontos, disse que valia a pena aferirem se têm espaços onde caibam os sacos do lixo, pois por vezes as pessoas não os conseguem colocar na abertura e ficam no chão. Sendo verdade que se trata de consciência cívica, mas quem de direito tem que fazer a sua parte.-----

-----Ainda sobre as pilhas o **deputado municipal Rui Lopes** confirmou que vão deixar de ser recolhidas, mas importava informar o plenário que o Ecocentro recolhe este tipo de resíduos assim como os centros comerciais. -----

-----Também sobre este assunto a **presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça Natalina Luís** deu nota do projeto “Geração Depositário”, do qual a freguesia que preside faz parte fruto de uma parceria entre a ERP Portugal (Entidade Gestora de Resíduos) e o Programa Eco-Escolas que visa informar e formar as crianças e jovens e através deles a população

em geral, acerca da importância do adequado encaminhamento dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, pilhas e acumuladores, para o qual têm uma parceria para a sua recolha manifestando a sua disponibilidade para passar a informação aos colegas autarcas que assim o entendessem. -----

-----A *deputada municipal Paula Mota* alertou que na freguesia que preside há resíduos de obras que estão a ser colocados em caminhos vicinais, tendo indicação que tiveram a permissão do autarca da junta para o fazer, para encher os caminhos. -----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol Pedro Vaza*, lembrou que já vem chamando a atenção há algum tempo para as deficiências neste serviço que é prestado à população. -----

-----Aproveitou para dar nota que existe na freguesia que preside um pilhão e um eletrão mas que não chega, alertando para a necessidade de se colocarem mais pontos de recolha nas freguesias e de promover melhoramentos nos existentes e que o próprio Ecocentro não tem um oleão. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* deu nota que a Autoestradas do Atlântico encerrou a loja da Via Verde em Torres Vedras, o que considera inadmissível, apelando ao edil que apresentasse este assunto na OesteCIM, intervenção secundada pelo autarca Pedro Vaza. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

13.1 - P. N.º 16/AM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2017): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 3857 de 14/06/2021.-----

-----1 - Processo de Obras CT 477/2021 - Requerimento CT 3684/2021 – José Manuel Soares Moinhos – parcela de terreno, situada na Rua António Franco, em Póvoa de Penafirme, com a área de 85,30m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5400 da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e descrito na matriz com o n.º 3575 Urbano, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área total de 450,00m², para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 426,50, arredondado nos termos do CIMI para € 430,00.-----

-----2 - Processo de Obras ED/70/2021 - Requerimento ED/982/2021 – Kevin Van Der Zwaan Raposo – parcela de terreno, situada na Rua de Santa Rita, n.º 3, em Valongo, Freguesia de A-dos-Cunhados, com a área de 18,30m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6180, da freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz com o n.º 4866, da freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído um custo unitário de €

5,00/m², o que perfaz um valor total de € 91,50, arredondado no termos do CIMI para € 100,00, para requalificação da via pública. -----

-----3 - Processo de Obras ED/402/2020 - Requerimento ED/4799/2020 – António Paulo – parcela de terreno, situada na Rua dos Paulos n.º 10, em Carvalhais, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área total de 159,40m² assim distribuída: 76,40m², a retirar da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3665 da freguesia de S. Pedro da Cadeira e inscrito na matriz sob o art.º 30.º I, da referida freguesia e 83,00m², a retirar da parte urbana do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3665 da freguesia de S. Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o art.º 4000.º, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 797,00.

-----4 - Processo de Obras ED 633/2020 - Requerimento ED 7993/2020 – António Manuel dos Santos Porém – parcela de terreno, situada na Rua da Paz, n.º 13, em Catefica, Torres Vedras, com a área de 2,00m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 965 da Freguesia Santa Maria do Castelo e São Miguel e inscrito na matriz sob o art.º 2409 Urbano, com a área de 85,90m², Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 10,00.-----

-----5 - Processo de Obras OP 4049/1993 - Requerimento OP 4437/2019 - Campoeste Imobiliária Lda. – 3 parcelas de terreno, situadas em Alto das Esteveiras, Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 5.735,95m² para requalificação das vias públicas envolvente, assim distribuídas: 1 - Cedência de 3.215,45m², que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 121º da secção DDD, da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, registado na conservatória do registo predial sob o n.º 6840, da freguesia de A-dos-Cunhados à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², arredondado para € 16.080,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----2 - Cedência de 1.496,60m², que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 122º da secção DDD, freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira registado na conservatória do registo predial com o n.º 6847, freguesia de A-dos-Cunhados à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², arredondado para € 7.490,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----3 - Cedência de 1.023,90m², que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 123º da secção DDD, freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, registado na conservatória do registo predial com o n.º 9065, freguesia de A-dos-Cunhados à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², arredondado para € 5.120,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----6 - Processo de Obras ED 395/2020 - Requerimento ED 4675/2020 - Incremental Action - Consulting, Lda. – uma parcela de terreno, situada na Rua de São Pedro / EN 248-3, União de

Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 1.187m² para requalificação da via pública, a retirar prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4074, da Freguesia de Dois Portos e inscrito na matriz sob o art.º 2 da secção AA da União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com 89.320,00m², o que perfaz um valor total de € 5.935,00, para alargamento da via pública, arredondado, nos termos do CIMI, para € 5.940,00.-----

-----7 - Processo de Obras ED 31/2021 - Requerimento ED 482/2021 - Ana Amélia Rodrigues Valente – uma parcela de terreno, situada na Rua da Liberdade, em Casas Novas, Freguesia de Silveira, com a área de 105,50m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3645 e inscrito na matriz da sob o artigo 134º da secção J, da Freguesia de Silveira, com 5.120,00m², o que perfaz um valor total de € 527,50, para alargamento da via pública, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 530,00. -----

-----8 - Processo de obras CT /567/2021 - Requerimento: CT /4504/2021 - Carlos António Dos Santos Quaresma – parcela de terreno com a área de 128,00m², situada em Casal do Alvito, Freguesia Turcifal, destinada à execução de uma rotunda que integra as obras de acesso à EB 1 do Turcifal, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 284, da Freguesia do Turcifal e descrito na matriz sob o artigo 12, secção “T” da citada freguesia. -----

-----Ofício n.º 3766 de 8/06/2021 -----

-----1 – Processo de Obras CT 425/2021 - Requerimento CT 3227/2021 – Luís Augusto Silvério Roque Carvalho – parcela de terreno, situada na Rua Estrada Militar, em Bonabal, Freguesia de Ventosa, com a área de 330,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1226 da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o art.º 46º, da secção “I”, da Freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.650,00 para alargamento da via pública.-----

-----2 – Processo de Obras ED/685/2020 – Requerimento ED/8751/2020 – Ana Rita Silva Santos Roque – parcela de terreno, situada na Rua Sacadura Cabral, em, Paúl, freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações com a área de 88,00m² a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o artigo n.º 8645, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o art.º 6, Secção Z da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Santiago, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 440,00, para requalificação da via pública. -----

-----3 – Processo ED 243/2020 – Requerimento ED 2896/20202 – Sara Margarida Carvalho Cordeiro – parcela de terreno situada na Rua 1.º de Maio em Aldeia Grande, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 29,55m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3110, da Freguesia

de Maxial, e inscrito na matriz sob o artigo 2580 da União das freguesias de Maxial e Monte Redondo à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 147,75, arredondado para nos termos do CIMI, para € 150,00. -----

-----4 – Processo CT /424/2021 - Requerimento: CT /3222/2021 - Márcia Filipa dos Santos Lopes, parcela de terreno, situada na Rua da Escola, n.º 33, na Boavista, Freguesia Silveira, com a área de 20,00m², destinados a integrar o domínio público, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8115 da freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o art.º 9131 da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 100,00. -----

-----5 – Processo CT /357/2021 - Requerimento: CT /2669/2021 - Carlos Alberto Marques dos Santos e outros, parcela de terreno, situada na Rua da Ónia, Póvoa de Penafirme, União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira, com a área de 93,00m², destinados a criação de uma via pública, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 846, da Freguesia de A dos Cunhados e inscrito na matriz sob o art.º 28 da secção JJ, da União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 465,00, arredondado nos termos do CIMI, para o valor a ser de € 450,00.

-----6 – Processo CT /358/2021 - Requerimento CT /2672/2021 - Maria Isabel Marques dos Santos Silva, parcela de terreno situada na Rua da Ónia, n.º 16, Póvoa de Penafirme, União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira, com a área de 308,00m², destinados ao alargamento da via, a retirar do prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8988, da Freguesia de A dos Cunhados e inscrito na matriz sob o art.º 298 da de União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.540,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 1.550,00.-----

-----7 – Processo ED 1303/1970 - Requerimento ED 9007/2020 – António José da Silva Alves – parcela de terreno, situada na Rua dos Margaças, n.º 23, em Casal das Covas de Baixo, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 93,00m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4657, da Freguesia de São Pedro da Cadeira e inscrito na matriz sob o artigo 3145 Urbano, com a área de 400,00m², da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 465,00, para requalificação da via pública (Travessa do Poço), arredondado nos termos do CIMI, para € 470,00.

-----8 - Processo ED 91/2021 - Requerimento ED 1309/2021 – Ricardo Jorge Severiano Garcia e Outra – parcela de terreno, situada na Rua Casais do Forno, em Campelos, Freguesia de Campelos, com a área de 209,73m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1385, da Freguesia de Campelos e inscrito na matriz sob o artigo 2619

Urbano, com a área de 1.668,00m², da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.048,65, para beneficiação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.050,00. -----

-----9 - Processo ED 609/2020 - Requerimento ED 7674/2020 – Artur Sales Francisco – parcela de terreno, situada na Rua dos Francas, n.º 1, em Carvoeira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 5,60m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 969, da Freguesia de Carvoeira e inscrito na matriz sob o artigo 1087 Urbano, com a área de 57,60m², da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 288,00, para beneficiação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 290,00.-----

-----10 – Processo ED 153/2020 - Requerimento ED 2194/2020 - Rodrigo Garcia Pereira Fonseca - parcela de terreno, situada em Cadriceira, Freguesia Turcifal, com a área de 23,00m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o art.º 156, da Freguesia do Turcifal, e descrito na matriz sob o artigo 70.º Rústico da Secção “CC”, da mesma freguesia, com a área de 5.840,00m², à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 115,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 120,00.-----

-----11 – Processo ED 16/2021 – Requerimento ED 294/2021 – Maria de Lurdes Gomes Rosa – parcela de terreno situada no Casal Loural de Baixo, em Ventosa, Freguesia de Ventosa, com a área de 241,60m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 54 da secção FF e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5478, da freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.208,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.210,00.-----

-----12 – Processo OP 263/2017 - Requerimento OP 6876/2020 - Vesauto - Automóveis e Reparções, S.A. – parcela de terreno situada na Fonte Santa, Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para requalificação da via pública, com a área de 283,00m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1661, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o artigo 6005, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.415,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.420,00. -----

-----13 - Processo ED 412/2020 – Requerimento ED 4902/2020 – Carlos Miguel Rodrigues Custódio – parcela de terreno, situada na Rua da Mocidade, em Ramalhal, Freguesia de Ramalhal, com a área de 327m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 3.º da secção J, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o nº 2558 da Freguesia de Ramalhal, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.635,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.640,00. -----

-----Ofício n.º 3028 de 10/05/2021 - Processo de Obras CT 118/2021 - Requerimento CT 816/2021 – José Paulo Moreira – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua dos Moinhos, em Boavista, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área total de 786,00m², a retirar da parte rústica do Prédio Misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6337, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz da sob o artigo 6, da Secção “HH”, e matriz urbanas sob os artigos 12369 e 2067 da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, distribuídas pelas seguintes áreas: Parcela 1 – Rua de Além, com 118,00m²e Parcela 2 – Rua da Bela Vista, com 668,00m², para benefício da via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 3.930,00. -----

-----2 - Processo OP 200/2018 - Requerimento OP 7806/2020 – Fernando José Batista Laranjeira parcela de terreno, situada no Casal das Canelas, na localidade de Fonte Grada, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 293,50m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2398, da Freguesia de Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 9903, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.467,50, para arruamento público, arredondado, nos termos do CIMI, para € 1.470,00.-----

-----3 - Processo de Obras CT 315/2021 - Requerimento CT 2314/2021 – Vítor Sérgio Reis da Cunha – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua dos Chitas e Rua do Sobreiro, em Fonte Grada, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área total de 565,00m², a retirar do Prédio da parte rústica do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 483, da Freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel, e descrito na matriz da sob o artigo 12 Rústico Secção “3 A”, (parte) e 3163 Urbano, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel e Matacães, distribuídas pelas seguintes áreas:Parcela 1 – Rua das Chitas, com 190,00m² e Parcela 2 – Rua do Sobreiro, com 375,00m² para benefício da via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.825,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.830,00. -----

-----4 - Processo de obras ED 252/2020 - Requerimento ED 3094/2020 - Tiago Policarpo Silva Paulo – parcela de terreno situada na Rua dos Valinhos, Sendieira, Freguesia Freiria, com a área de 63,35m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3295, da Freguesia de Freiria, e inscrito na matriz sob o art.º 2562-P, da Freguesia de Freiria, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 316,75, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 320,00.

-----5 - Processo de obras ED 61/2021 - Requerimento ED 933/2021 - Davide José Henriques Da Silva – parcela de terreno situada Rua Casal da Serra, Gondruzeira, Freguesia Ponte do Rol, com a área de 139,00m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1, da freguesia Torres Vedras (S. Maria do Castelo e S. Miguel) e inscrito na matriz

sob o artigo 83º da secção 1A, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 695,00, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 700,00.-----

-----6 - Processo de obras ED 465/2020 - ED 5497/2020 - Gil Fernando Valentim Gomes – parcela de terreno, situada na Rua da Portela, Turcifal, Freguesia Turcifal, com a área de 141,60m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3974, da Freguesia de Turcifal, e descrito na matriz com o n.º 3475, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 708,00, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 710,00.-----

-----7 - Processo de obras ED /255/2019 - Requerimento ED /3038/2020 - Daniela Cristina de Henriques Brás – parcela de terreno situada na Rua Principal em Alfeiria, União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 64,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 991, da freguesia de Carmões, e inscrito na matriz sob o art.º 2355-P, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 322,50, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 330,00.-----

8 - Processo de obras ED 593/2020 - Requerimento ED 7447/2020 - Gil Manuel dos Reis Sales – parcela de terreno, situada em Rosal de Baixo, Cerca, Freguesia De Silveira, para requalificação da via pública de 91,80 m², a retirar do prédio rústico, com a área total 2.986,00m² descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7808, da Freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o artigo 264º Rústico da secção “L”, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 459,00, arredondado para € 460,00, nos termos do CIMI.-----

-----9 - Processo de obras ED 281/2019 - Requerimento ED 6601/2019 - André Filipe dos Santos Vieira – parcela de terreno, situada na Rua Principal, Brejoeira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para beneficiação da via pública de 144,55m², que serão retirados do prédio rústico, com a área total 4.600,00m², descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 5738, da União de Freguesias de A-dos Cunhados e Maceira e inscrito na matriz sob o artigo n.º 16 Rústico “RR”, da União de Freguesias de A-dos Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 722,75, arredondado para € 730,00, nos termos do CIMI.-----

-----10 - Processo de obras Ed 328/2019 - Requerimento ED 7314/2019 – Fernando Deus Mota – parcela de terreno, situada na Rua das Giestas – Caixaria - União das Freguesias de Dois Portos e Runa, para beneficiação da via pública de 83,00m², a retirar do prédio urbano, com a área total de 364,00m², descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1071, da União de Freguesias de Dois Portos e Runa e inscrito na matriz sob o artigo n.º 2161 Urbano, da União de

Freguesias de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 415,00, valor este arredondado para € 420,00, nos termos do CIMI. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13.2 - P. n.º 17/AM/2021 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoio pela câmara na sua reunião de 14/06/2021: -----

-----Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - investimentos em equipamentos, nomeadamente um aspirador elétrico e uma viatura de transporte/mercadorias - € 50.000,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

14 - P. N.º 41/CM/2021 – PACTO DOS AUTARCAS PARA A ENERGIA E CLIMA – REVISÃO DAS METAS 2050 - TOMADA DE CONHECIMENTO:-----

-----Presente ofício número 3767 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 8/06/2021, a remeter para conhecimento o processo em título de acordo com a deliberação do Executivo de 31/05/2021, considerando que:-----

-----1. O Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia é uma iniciativa da Comissão Europeia onde os signatários se comprometem a levar a cabo ações que apoiem a implementação de soluções com vista a alcançar a meta de redução de emissão de gases com efeito de estufa da União Europeia. -----

-----2. Este compromisso formal é traduzido em medidas e projetos concretos, nas áreas da eficiência energética e da utilização de energias renováveis, aceitando os signatários reportarem e ser monitorizados relativamente à execução dos seus Planos de Ação para a Energia Sustentável e Clima (SECAP).-----

-----3. O Município de Torres Vedras é signatário do Pacto de Autarcas desde 17/12/2010, tendo elaborado o Plano de Ação da Energia Sustentável em julho de 2013 (atualmente em processo de revisão).-----

-----4. Em outubro de 2015 a Comissão Europeia lançou o Pacto de Autarcas integrado para o Clima e Energia assente em três pilares: mitigação, adaptação e acesso a energia segura, sustentável e a um preço razoável, tendo os signatários, que anteriormente se haviam comprometido com os objetivos de 2020 e/ou da iniciativa Mayors Adapt, sido convidados a retificar novamente os objetivos de 2030, considerando a redução de pelo menos 40% de emissões de CO₂ até 2030. -----

-----5. O Município de Torres Vedras procedeu à retificação das metas de 2030 do novo Pacto dos Autarcas, aprovadas pela Assembleia Municipal de 12/12/2017. -----

-----6. Em abril de 2021, o Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia procedeu a renovação dos seus compromissos, em linha com a Lei do Clima, visando atingir a neutralidade climática em 2050.

-----7. O compromisso já se encontra disponível para assinatura pelos signatários, baseando-se numa lógica de ação que envolve os seguintes passos: Compromisso, Empenho, Atuação e Trabalho em Rede, assente em três pilares fundamentais: mitigação (neutralidade climática em 2050), adaptação às alterações climáticas e combate à pobreza energética, com vista a uma transição justa. -----

-----E, atendendo a que se iniciou recentemente a elaboração do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima e que o Município de Torres Vedras tem como o objetivo antecipar a Neutralidade Climática, deliberou aprovar a revisão dos compromissos do Pacto dos Autarcas, que faz parte integrante do processo.-----

-----A **presidente da Câmara** fez uma rápida apresentação do assunto. -----

-----A Assembleia Municipal tendo em conta os considerandos acima descritos tomou conhecimento da revisão das metas 2050 do Pacto dos Autarcas para a energia e clima. -----

15 - P. N.º 18/AM/2021 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2020 – REPRESENTANTES: -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 1.00 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
